



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME  
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**324ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Assistência Social – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 21 e 22 de fevereiro de 2024**

**Brasília/DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 324ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Local:** Plataforma *Zoom* e Esplanada dos Ministérios, 1º Andar, Brasília/DF

**Data:** 21 e 22/02/2024

1 Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro realizou-se a 324ª  
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação da  
3 Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera, Presidente do CNAS e representante da  
4 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT. Estiveram  
5 presentes os(as) seguintes Conselheiros(as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular Agostinho  
6 Soares Belo, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB;  
7 Conselheira Titular Ana Carolina Souza Ferreira, representante da Secretaria Nacional de Assistência  
8 Social – SNAS/MDS; Conselheiro Titular Carlos Nambu, representante da Inspeção São João  
9 Bosco; Conselheira Titular Catarina de Santana Silva, representante da Fundação Fé e Alegria do  
10 Brasil; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, representante do Fórum Nacional dos  
11 Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro Titular Edilson Tavares  
12 de Araújo, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS; Conselheira  
13 Titular Eutália Barbosa Rodrigues Naves, representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania  
14 – SENARC/MDS; Conselheira Titular Ivone Maggioni Fiore, representante da Federação Nacional  
15 das APAES – FENAPAES; Conselheira Titular Judite da Rocha, representante do Movimento dos  
16 Atingidos por Barragens – MAB; Conselheira Titular Magali Pereira Gonçalves Costato Basile,  
17 representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS;  
18 Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera, representante da Confederação Nacional dos  
19 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT; Conselheira Titular Maria Carolina  
20 Pereira da Silva, representante da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; Conselheiro Titular  
21 Regis Aparecido Andrade Spindola, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social –  
22 SNAS/MDS; Conselheiro Titular Raimundo Nonato, representante da DBA/SNAS; Conselheira  
23 Titular Sandra Regina Ferreira Barbosa, representante da Federação Nacional dos Empregados em  
24 Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheira Titular Shirley de  
25 Lima Samico, representante da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único –

26 SAGICAD/MDS; Conselheira Titular Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos  
27 Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS; Conselheira Suplente Norma Suely  
28 de Souza Carvalho, representante do Lar Fabiano de Cristo; Conselheira Suplente Amanda Simone  
29 Silva, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS; Conselheira  
30 Suplente Ana Lúcia Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais -  
31 ABRATO; Conselheira Suplente Daniela Spinelli Arsky, representante do Ministério do  
32 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Conselheira Suplente Emilene  
33 Oliveira Araújo, representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Conselheiro Suplente Ismael Ultino  
34 Tavalone, representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD;  
35 Conselheira Suplente Penélope Regina Silva e Andrade, representante do Colegiado Nacional de  
36 Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Suplente Maria Aparecida  
37 do Amaral Godoi de Faria, representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Conselheiro  
38 Suplente Rafael Machado da Silva, representante do Movimento Nacional População de Rua;  
39 Conselheira Suplente Simone Cristina Gomes, representante do Conselho Federal de Psicologia –  
40 CFP; Conselheira Suplente Solange Teixeira, representante da Secretaria Nacional de Assistência  
41 Social – SNAS/MDS. Estiveram presentes: Sr. Adailton Amaral Barbosa Leite, Gerente de Projeto  
42 da Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS; Sra. Bruna Angélica Silva Ribeiro,  
43 Coordenadora-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil – SNAS; Sra. Denise Colin,  
44 Colaboradora da 13ª Conferência Nacional; Sra. Elizângela Pankaru; Sra. Jucileide de Ferreira do  
45 Nascimento, Observadora do Conselho Federal de Serviço Social; Sra. Marina Chícaro, Diretora de  
46 Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Sra. Maria Dagmar de Andrade  
47 Soares, Coordenadora do Programa Mais Infância Ceará; Sra. Maria Helena Tavares, Colaboradora  
48 da 13ª Conferência Nacional; Sra. Maria Luíza Rizzoti, Colaboradora da 13ª Conferência Nacional;  
49 Sra. Randriene Maia, Coordenadora de Financiamento/Secretaria-Executiva do CNAS; Sr. Vanilson;  
50 Sr. Willian Olivindo, representante da CONJUR. **ABERTURA 21/02/2024:** A Presidente Margareth  
51 Alves Dallaruvera iniciou a 324ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos(as) e, em  
52 seguida, solicitou à Sra. Thaís Pereira Braga, Secretária-Executiva Substituta do CNAS, que  
53 realizasse a verificação do quórum. Verificada a existência de quórum, a Presidente Margareth Alves  
54 Dallaruvera realizou a leitura da pauta proposta, que estava composta pelos seguintes itens: Dia  
55 19/02/2024: 9h às 12h – Proposta de Minuta da Resolução de acolhimento das deliberações da 13º  
56 Conferência Nacional do CNAS, benefícios eventuais e outros; 14h às 18h – Reunião do Grupo de

57 Trabalho para realizar estudos, apresentar análises e propostas com relação a parâmetros e critérios  
58 para ofertas de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos pelas entidades privadas/organizações  
59 da sociedade civil da Assistência Social - Diálogo sobre assessoramento, defesa e garantia de direitos  
60 voltados para povo rural, povos indígenas, povos ribeirinhos, povos das florestas, campo e água,  
61 ciganos e quilombolas. Dia 20/02/2024: 9h às 16h - Elaboração da minuta de programação da reunião  
62 trimestral do CNAS, com CEAS e CAS/DF e outros; Status da Lei Orçamentária Anual - LOA 2024  
63 e outros; Apresentação do 3º e 4º Relatórios Trimestrais de 2023 e Relatório Anual de 2023, com as  
64 informações sobre os processos de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social e  
65 outros; Monitoramento do Plano de Ação e definição de prioridade para 2024 e outros; 16h às 18h -  
66 Proposta de pauta da 325ª Reunião Ordinária do CNAS e outros. Dia 21/02/2024: 9h às 10h - Reunião  
67 interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS; 10h às 10h30 -  
68 Aprovação da ata da 323ª Reunião Ordinária e da pauta da 324ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h30  
69 às 11h - Relato sobre Benefícios Eventuais e outros; 11h30 às 12h - Relato da reunião do Grupo de  
70 Trabalho para realizar estudos, apresentar análises e propostas com relação a parâmetros e critérios  
71 para ofertas de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos pelas entidades privadas/organizações  
72 da sociedade civil da Assistência Social; 14h às 15h - Relato da Proposta da Minuta de Resolução de  
73 acolhimento das deliberações da 13ª Conferência Nacional pelo CNAS e outros; 15h às 18h -  
74 Avaliação da 13ª Conferência Nacional e recebimento do produto da Relatoria, Convidados:  
75 Relatoria. Dia 22/02/2024: 9h às 10h30 - Relato da proposta de pauta da 325ª Reunião Ordinária do  
76 CNAS e outros; 10h30 às 12h - Relato do Status da Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 e outros;  
77 14h às 15h - Relato do Monitoramento do Plano de Ação e definição de prioridades para 2024 e  
78 outros; 15h às 16h - Relato da Elaboração da Minuta de Programação da Reunião Trimestral do CNAS  
79 com os CEAS e CAS/DF e outros; 16h às 17h - Relato da apresentação do 3º e 4º Relatórios  
80 Trimestrais de 2023 e Relatório Anual de 2023, com as informações sobre os processos de  
81 Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social e outros; 17h às 18h - Informes da  
82 Presidência, Secretaria Executiva, CIT, SNAS-MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Em  
83 seguida, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera colocou em votação a Ata da 323ª Reunião  
84 Ordinária do CNAS, a qual foi aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Ato  
85 contínuo, a Pauta da 324ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada pela unanimidade dos(as)  
86 conselheiros(as) presentes. Na sequência, passou-se ao relato da Reunião da Comissão de  
87 Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda sobre Benefícios

88 Eventuais, realizada em 19 de fevereiro de 2024. Com a palavra, o Vice-Presidente Edgilson Tavares  
89 de Araújo, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS, elencou os(as)  
90 conselheiros(as), colaboradores(as), participante e membros da Secretaria Executiva do CNAS  
91 presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: Item 1.  
92 Regulamentação dos benefícios eventuais com base na Lei nº 14.674/2023. Encaminhamento:  
93 Subsidiar propostas normativas pela SNAS, no sentido de regulamentação do auxílio aluguel. Item 2.  
94 Proposta de ofício sobre o papel institucional do CNAS para apreciação de matérias relacionadas aos  
95 benefícios socioassistenciais de transferência de renda. Encaminhamento: A Comissão não apreciou  
96 o item, optando por pautar posteriormente, porém está preparando um ofício a ser encaminhado para  
97 diversos órgãos públicos solicitando que a comissão seja consultada em todas as discussões acerca  
98 de benefícios socioassistenciais de transferência de renda. Item 3. Continuidade da construção da  
99 proposta de Resolução do CNAS que determina parâmetros orientadores aos Conselhos de  
100 Assistência Social dos Municípios e Distrito Federal para a definição de critérios e prazos de oferta  
101 de benefícios eventuais no âmbito da política de assistência social. Encaminhamento: A Comissão  
102 não apreciou o item, optando por pautar posteriormente, porém a construção já foi iniciada. Item 4.  
103 Monitoramento do Plano de Ação da gestão 2022-2024 para definição de prioridades da Comissão  
104 para 2024. Encaminhamento: Os Conselheiros deverão fazer a leitura prévia e indicar apontamentos  
105 das ações prioritárias de cada meta para 2024 e o Plano será pautado na próxima reunião da Comissão.  
106 Item 5.1 Demanda da Federação dos Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina-  
107 FECAM, que apresentou vários questionamentos ao CNAS. Encaminhamento: Responder que a  
108 Comissão pautará em breve a nova resolução de Benefícios Eventuais do CNAS após a publicação  
109 do Decreto que regulamentará o auxílio aluguel como benefício eventual destinado à proteção de  
110 mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. 5.2 Nota de Repúdio do Conselho Municipal de  
111 Assistência Social de Toledo às reiteradas mudanças no processo de averiguação unipessoal do  
112 Programa Bolsa Família sem impacto no sistema único das assistências sociais. Encaminhamento:  
113 Enviar o ofício para o Secretário Executivo do MDS solicitando posicionamento em relação à Nota  
114 de Repúdio para posterior informação ao Conselho Municipal de Assistência Social Toledo e solicitar  
115 que assuntos afetos ao tema sejam reportados periodicamente ao CNAS, além de comunicar ao  
116 Conselho de Toledo os desdobramentos do caso. 5.3 Informe sobre a Moção da 14ª Conferência  
117 Municipal de Assistência Social do Palhoça, que propõe benefícios específicos para a mãe solo.  
118 Encaminhamento: CNAS ciente. 5.4 Informe sobre a resposta do SNAS à recomendação do CNAS

119 da retomada da discussão da proposta sobre o trabalho social e família de se elaborar um documento  
120 que atualize e padronize os principais conceitos utilizados nas SUAS. Item 6. Definição da pauta da  
121 próxima reunião extraordinária virtual: i) Apreciação da resolução do CNAS que propõe os  
122 parâmetros para os Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal; ii)  
123 Aprovação da proposta de Ofício sobre o Papel Institucional do CNAS para apreciação de matérias  
124 relacionadas aos benefícios socioassistenciais e transferência de renda e definição do rol de  
125 destinatários; iii) Apresentação da Proposta de Portaria da Gestão de Condicionalidades do Programa  
126 Bolsa Família, convidado: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC/MDS; iv)  
127 Validação do Plano de Ação. Em seguida, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera questionou se  
128 havia algum destaque, ao que a Conselheira Ivone Maggioni Fiori, representante da Federação  
129 Nacional das APAES – FENAPAES, pediu a inclusão das entidades e organizações sociais de pessoas  
130 com deficiência no debate do encaminhamento 5.4. Voltando ao Item 4, a Conselheira Solange Bueno,  
131 representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS,  
132 pediu que a próxima reunião extraordinária tivesse a possibilidade de ser virtual ou híbrida. Sobre  
133 este assunto, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera lembrou a importância do fornecimento de  
134 chips de internet para que todos os envolvidos tenham acesso e possam participar das reuniões  
135 virtuais, uma vez que esta possibilidade gera economias com transporte e hospedagem. O relato da  
136 Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de  
137 Renda sobre Benefícios Eventuais foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as)  
138 conselheiros(as) presentes e a Presidente Margareth Alves Dallaruvera parabenizou os envolvidos.  
139 Em seguida, passou-se ao relato da Reunião do Grupo de Trabalho no Âmbito da Comissão de  
140 Normas e da Comissão de Política da Assistência Social, ocorrida em 19 de fevereiro de 2024, sendo  
141 que o Vice-Presidente Edgilson elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as) convidados(as) e  
142 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou que foi discutida a análise para  
143 criação de parâmetros e atualizações normativas para as organizações de assessoramento, defesa e  
144 garantia de direitos no âmbito do SUAS. Encaminhamentos: i) Debate virtual com convidados: Enzo  
145 dos Santos, Jorge Amaro e Professora Rosângela Paes; ii) Assim que as propostas normativas forem  
146 aprovadas pelo pleno do CNAS, será realizada uma consulta pública aberta; iii) Pauta da próxima  
147 reunião: Elaboração do relatório final do GT. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima,  
148 representante do Fórum Nacional dos Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS,  
149 parabenizou o trabalho do Grupo, assim como fez a Presidente Margareth Alves Dallaruvera, e o

150 relato da Reunião do Grupo de Trabalho no Âmbito da Comissão de Normas e da Comissão de  
151 Política da Assistência Social foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as)  
152 presentes. Após o intervalo, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera passou ao relato da Reunião  
153 da Comissão de Monitoramento e Deliberações da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social,  
154 realizada no dia 19 de fevereiro de 2024. O Conselheiro Carlos Nambu, representante da Inspetoria  
155 São João Bosco, elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as) convidados(as) e membros da  
156 Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus  
157 encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Minuta da Resolução do Acolhimento das Deliberações da 13ª  
158 Conferência Nacional pelo CNAS. Encaminhamento: Sugestão que a resolução seja publicada  
159 conforme formatação sugerida. Item 2. Encaminhamento e orientações de fluxo das deliberações da  
160 13ª Conferência Nacional nas Comissões da CNAS. Encaminhamento: pautar o assunto na reunião  
161 do mês de abril, com as seguintes proposições: que a secretaria-executiva do CNAS faça uma proposta  
162 de divisão das deliberações para as Comissões Temáticas do CNAS para avaliação desta comissão,  
163 que verificará atores e proporá prazos de cumprimento das deliberações da 13ª Conferência Nacional.  
164 Item 3. Atualização do caderno de avaliação e recomendação de 2013 para deliberação do pleno.  
165 Encaminhamentos: i) Convidar a UFMG para apresentar a pesquisa realizada na 13ª Conferência  
166 Nacional no pleno de março; ii) Convidar o especialista em políticas públicas e gestão governamental  
167 do Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, Sr. Daniel Avelino, para apresentar a metodologia das  
168 conferências no plano de março; iii) A Conselheira Ana Carolina Ferreira, representante da Secretaria  
169 Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS, irá articular com a conselheira Shirley de Lima  
170 Samico, representante da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único –  
171 SAGICAD/MDS, para apresentar um texto com a conjuntura histórica para constar no caderno com  
172 contribuições do IPEA e da UFMG; iv) Revisão e atualização do caderno de avaliação e  
173 recomendações no mês de abril. Item 4. Verificação e conferência das deliberações da 12ª Conferência  
174 Nacional. Encaminhamentos: i) Solicitar às Comissões avaliação da planilha de deliberações  
175 apresentada na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social para preenchimento; ii) Solicitar às  
176 Comissões que priorizem as deliberações da 12ª Conferência Nacional na pauta de abril. Item 5.  
177 Proposta de pauta de abril de 2024, com respectivos convidados e principal ponto de pauta: 1.  
178 Proposta de encaminhamento: orientações de fluxo das deliberações da 13ª Conferência Nacional nas  
179 Comissões do CNAS. 2 Atualização do caderno da avaliação e recomendação de 2015 para  
180 deliberação do pleno. Após, fez a leitura do Anexo 1, o Item 1 – Resolução do CNAS/MDS, de

181 21/02/2024, que Acolhe e Publica as Deliberações da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social.  
182 Sobre o texto, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera destacou que a reunião da Comissão é dita  
183 como marcada para abril, porém trata-se do mês das reuniões descentralizadas e que, portanto, não  
184 terá reunião das Comissões. Diante do prazo curto, propôs o encaminhamento para verificar a  
185 possibilidade de agenda no mês de abril de uma reunião virtual ou presencial um dia antes da reunião  
186 descentralizada. Sem mais temas a serem discutidos, o relato da Reunião da Comissão de  
187 Monitoramento e Deliberações da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social foi considerado  
188 aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes e o Conselheiro Carlos Nambu fez a  
189 leitura das Deliberações da Plenária da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social para  
190 conhecimento do Conselho. Mais uma vez, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera elogiou o  
191 trabalho e o Conselheiro Carlos Nambu reiterou que as deliberações lidas foram aprovadas na plenária  
192 da Conferência. Ato seguinte, passou-se ao relato da Reunião da Presidência Ampliada, realizada no  
193 dia 20 de fevereiro de 2024. A Conselheira Simone Cristina Gomes, representante do Conselho  
194 Federal de Psicologia – CFP, elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as) convidados(as) e  
195 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus  
196 encaminhamentos, sendo eles: Item 1. E-mail do senhor Clegerson Francisco do Nascimento, de  
197 Valparaíso, Goiás, recebido no dia 25 de outubro de 2023, onde solicita se teria como o CNAS fazer  
198 uma portaria ou resolução para que, em todos os municípios e estados, fosse uso obrigatório do  
199 prontuário eletrônico do SUAS. Encaminhamento da PA: Responder dizendo que o tema está em  
200 debate e a operacionalização em caráter prioritário mas, devido à complexidade, deve-se aguardar o  
201 prazo necessário. Item 2. Agenda sobre o tema geral: assédio moral sofrido pelos trabalhadores do  
202 SUAS. Encaminhamento da PA: Que o CNAS lance uma campanha nacional, com apoio da  
203 ASCOM/MDS, sobre o assédio moral contra os trabalhadores da rede socioassistencial do SUAS na  
204 reunião descentralizada de abril. Item 3. Ofício nº 172/2023 da Federação Nacional de Sindicatos de  
205 Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS, recebido no dia 20  
206 de novembro de 2023, com solicitação de apoio contra as medidas que desconstroem a Avaliação  
207 Biopsicossocial da Deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada - BPC.  
208 Encaminhamento da PA: Encaminhar para resposta da Comissão de Acompanhamento de Benefícios.  
209 Item 4. Ofício nº 14/2023, do Coletivo de Nutricionistas do SUAS, recebido no dia 14 de dezembro  
210 de 2023, onde solicita ao CNAS revisão da resolução CMS nº 17/2011, inserindo o nutricionista no  
211 rol de profissionais de nível superior que atuam no SUAS. Encaminhamento da PA: Responder o



212 ofício dizendo que esta demanda será analisada no segundo semestre de 2024, conforme o  
213 cronograma da Comissão de Política. Item 5. E-mail do Sr. Denilson Lucena, recebido no dia 18 de  
214 dezembro de 2023, pelo qual encaminha propostas de ampliação e melhorias no Programa Bolsa  
215 Família. Encaminhamento da PA: Encaminhar a demanda. Item 7. Conforme deliberações da 317ª  
216 Reunião Ordinária do CNAS, realizada no dia 11 de maio de 2023, após debate no âmbito da  
217 Presidência Ampliada, foi encaminhada a Portaria GM-MD nº 1283 de 28/02/2023, que aprova as  
218 diretrizes para o emprego e atuação dos profissionais da assistência social das forças armadas em  
219 situação de emergência, estado de calamidade pública, desastre e ação humanitária no âmbito do  
220 Ministério da Defesa, para apreciação do Departamento de Proteção Social Especial - DPSE/SNAS.  
221 Encaminhamento da PA: Encaminhar a demanda para a Comissão de Políticas e sugerir que convidem  
222 o Ministério da Defesa para uma reunião. Item 8. E-mail do Conselho Municipal de Assistência Social  
223 de Maracá, São Paulo, onde solicita informação sobre paliativo para compor seu Conselho.  
224 Encaminhamento da PA: Responder que a Resolução nº 23/2006 foi revogada pela Resolução do  
225 CNAS nº 6/2015, que deve ser seguida. Item 9. E-mail da assessoria de imprensa do MDS recebido  
226 no dia 8 de fevereiro, onde solicita auxílio na resposta para a demanda do veículo de imprensa Gazeta  
227 do Povo a respeito do plano de ação de 2024, divulgado pelo Conselho Federal de Serviço Social -  
228 CFESS. Encaminhamento da PA: Responder que não compete ao CNAS emitir opinião sobre o plano  
229 de ação elaborado por uma autarquia federal, sugerindo que entre em contato direto com o CFESS.  
230 Item 10. E-mail do Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, recebido no dia 16 de  
231 fevereiro, onde solicita apoio para a realização do encontro nacional do MNPR, nos dias 20 a 24 de  
232 março de 2024, em Goiânia, Goiás. Encaminhamento da PA: Responder que não é possível apoiar,  
233 considerando que até a data de hoje não há orçamento liberado. Item 11. E-mail do CMAS de Porto  
234 Velho, recebido no dia 16 de fevereiro, onde solicita visita técnica presencial ao CNAS, com a  
235 participação de 4 conselheiros do Conselho entre os meses de abril e maio de 2024, para nivelar o  
236 entendimento técnico da legislação aplicada à área da assistência social. Encaminhamento da PA:  
237 Responder que só será possível agendar para maio. Item 12. Prorrogação da criação do Grupo de  
238 Trabalho da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS e instituir o GT por mais 60 dias.  
239 Encaminhamento da PA: Prorrogar a vigência da resolução a partir de 5 de março por mais 60 dias e  
240 agendar uma reunião virtual com DG-SUAS suas para discutir e propor a resolução específica sobre  
241 a criação do GT. A resolução deve ser apreciada e aprovada no pleno de abril. Item 13. Sugestão de  
242 inclusão na pauta da 325ª Reunião Ordinária a Participação da Coordenadora do GT sobre a Avaliação

243 Biopsicossocial Unificada da Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.  
244 Encaminhamento da PA: Incluir o item na pauta. Item 14. Local da Reunião Descentralizada e  
245 Ampliada do CNAS, de 16 a 17 de abril de 2024. Encaminhamento da PA: Sugestão para no primeiro  
246 semestre acontecer na Região Sudeste e no segundo semestre acontecer na Região Norte. Item 15.  
247 População em situação de rua. 15.1. Reportagem “Moradores em situação de rua são expulsos de  
248 Itajaí, Santa Catarina, por policiais”. Encaminhamento da PA: Que o CNAS faça uma proposta inicial  
249 de Nota de Repúdio conjunta com outros atores contra a violência policial e a internação compulsória  
250 da população em situação de rua. 15.2. E-mail do CMAS/RJ, recebido no dia 11 de janeiro, pelo qual  
251 encaminha Nota de Repúdio sobre agressão à pessoa em situação de rua. Encaminhamento da PA:  
252 Responder o e-mail parabenizando e informando que o CNAS apoia e é signatário da Nota de  
253 Repúdio. Item 16. Comunidades terapêuticas. 16.1. E-mail da Secretaria Municipal de Assistência  
254 Social de Itapura, Mato Grosso, recebido no dia 17 de novembro de 2023, onde solicita  
255 esclarecimentos e orientação referente à operacionalização, levando em consideração o parecer do  
256 CNAS para o CMAS sobre orientações acerca de inscrição de comunidades terapêuticas.  
257 Encaminhamento da PA: Solicitar subsídios para resposta. Item 17. Lei Distrital nº 7.389/2024 -  
258 Programa Adote um Equipamento da Assistência Social. 17.1. Ofício nº 6/2024 do CONGEMAS,  
259 recebido no dia 11 de janeiro, onde encaminha para conhecimento e possíveis encaminhamentos a  
260 Nota de Repúdio publicado ao tomar conhecimento da Lei nº 7.389, de 8/01/2024 que institui o  
261 Programa Adote um Equipamento da Assistência Social. Encaminhamento da PA: Responder que o  
262 CNAS apoia e é signatário da Nota de Repúdio. 17.2. Ofício nº 20/2024 do CAS/DF, recebido no dia  
263 17 de janeiro, encaminha a Manifestação de Repúdio referente à Lei Distrital nº 7.389/2024.  
264 Encaminhamento da PA: Responder o ofício informando que o CNAS apoia e é signatário da Nota  
265 de Repúdio. Item 17.3. Parecer da CONJUR/MDS recebido no dia 30 de janeiro, após solicitação do  
266 CNAS de consulta referente a Lei Distrital nº 7.389/2024. 17.4. Ofício nº 56/2024 do CAS/DF em  
267 resposta ao CNAS sobre a Lei Distrital nº 7.389/2024. Encaminhamento da PA para os itens 17.3 e  
268 17.4: que o CNAS convoque para o dia 4 de março, final da manhã, início ao fim da tarde, uma  
269 audiência com a Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES/DF, CAS/DF, representantes da  
270 Câmara Legislativa do DF, autor e relator, para solicitar a revogação da Lei Distrital. Item 18. 13ª  
271 Conferência Nacional de Assistência Social. 18.1. Avaliações. Encaminhamento: Solicitar à relatoria  
272 um documento sucinto, constando as avaliações da 13ª Conferência Nacional. 18.2. Carta da Sra.  
273 Edilaine José de Lima, do Município de Corupá, Santa Catarina, recebida na sala de soluções da 13ª

274 Conferência Nacional, onde denuncia a violação de direitos durante a Conferência. Encaminhamento  
275 da PA: que a carta seja lida no pleno durante a avaliação da 13ª Conferência Nacional. 18.3. E-mail  
276 da Sra. Juliana Garcia, Conselheira Municipal de Assistência Social de Barra do Piraí, RJ, recebida  
277 no dia 3 de janeiro, onde relata as situações ocorridas no processo de condução da 14ª Conferência  
278 Estadual de Assistência Social, no que se refere à escolha dos delegados para a Conferência Nacional  
279 e os impasses observados. Encaminhamento da PA: Encaminhar para o CEAS/RJ, solicitando  
280 esclarecimentos sobre a demanda. Item 19. Convites. 19.1. Ofício nº 143/2024 do Conselho Nacional  
281 dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, recebido no dia 19 de janeiro, convida um  
282 representante do CNAS para participar da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do  
283 Adolescente, nos dias 2 a 4 de abril de 2024, em Brasília. O CONANDA solicita indicação até o dia  
284 25 de janeiro. Encaminhamento da PA: Se ainda houver possibilidade, indicar um conselheiro de  
285 Brasília. Sugestões de conselheiros: Amanda Simone Silva, Régis Spindola ou Ana Carolina Ferreira.  
286 19.2. Ofício nº 57/2024 da SNAS/MDS, recebido no dia 18 de janeiro, onde solicita a indicação de  
287 um membro titular e um membro suplente para representar o CNAS no Grupo de Trabalho Ministerial  
288 para a Elaboração de Proposta de Estruturação e Implementação da Escola Simone Albuquerque de  
289 Educação Permanente do SUAS ESA/SUAS. Encaminhamento da PA: Indicados a Presidente  
290 Margareth Alves Dallaruvera como titular e o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo como  
291 suplente. 19.3. Ofício nº 20/2024, da SNAS/MDS, recebido no dia 7 de fevereiro, pelo qual solicita  
292 a indicação de um representante do CNAS para participar da Oficina Limites e Desafios para a  
293 Construção da Metodologia para o Serviço de Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos -  
294 PAEFI, a ser realizado no dia 23 de fevereiro, em Brasília. Encaminhamento da PA: Indicar a  
295 Conselheira Edna Alegro. Item 20. Informes. 20.1. Ofício da Promotora de Justiça, Dra. Camila de  
296 Matos, recebido no dia 16 de outubro de 2023, onde envia para ciência o Termo de Referência  
297 apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, de Presidente Kennedy/ES,  
298 para realizar chamamento público de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos  
299 regularmente constituídas e interessadas em celebrar parcerias com as SEMAS. Encaminhamento da  
300 PA: Responder dando ciência. 20.2. Ofício ADM nº 100/2023, recebido no dia 5 de dezembro de  
301 2023, pelo qual encaminha o documento “Reflexões e Propostas para os Cuidados de Crianças e  
302 Adolescentes Junto à Família Extensa e Ampliada”, produzido pelo Grupo Intersetorial Nacional  
303 sobre Cuidado de Crianças e Adolescentes da Família Extensa, bem como a moção de apoio à esta  
304 forma de atenção elaborada e aprovada no Colóquio Internacional sobre Cuidado da Criança e do

305 Adolescente na Família Extensa, realizado nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2023, no Rio de Janeiro.  
306 Encaminhamento da PA: Responder dando ciência e parabenizando. 20.3. Ofício nº 9/2024 do  
307 CEAS/PR, recebido no dia 30 de janeiro, sobre a participação dos usuários do SUAS nos espaços de  
308 controle social. Encaminhamento da PA: Responder informando que não houve reunião do CNAS em  
309 janeiro e nem tempo hábil de debater em fevereiro, então o ofício será apreciado na reunião de março  
310 no âmbito da CAC. Item 21. Informes e encaminhamentos das reuniões das Comissões para  
311 deliberação da presidência ampliada. 21.1. Comissão Eleitoral 21.1.1. A Comissão Eleitoral solicita  
312 à Presidência Ampliada a alteração da data no calendário eleitoral, conforme segue: de 23 de fevereiro  
313 para 6 de março de 2024 o prazo final para análise dos processos de habilitação do processo eleitoral,  
314 tendo em vista a falta de recursos para passagens e diárias do mês de fevereiro de 2024.  
315 Encaminhamento da PA: De acordo. 21.1.2. Comunicar a necessidade da reunião presencial para os  
316 dias 5 e 6 de março de 2024, na sede do CNAS, das 9h30 às 18h, havendo a necessidade de passagens  
317 e diárias para a integrante da Subcomissão de Habilitação, Conselheira Estadual Margarida Souza  
318 Oliveira. Tendo em vista a necessidade da reunião presencial da Subcomissão de Habilitação, o  
319 Conselheiro Carlos Nambo e a Conselheira Maria Godói justificam sua ausência nas demais  
320 atividades do Conselho nessas datas. Encaminhamento da PA: De acordo. 21.1.3. A Comissão  
321 Eleitoral informa que a Subcomissão de Recursos se reunirá presencialmente no dia 5 de abril de  
322 2024, das 9h30 às 18h, havendo necessidade de passagens e diárias para as integrantes da  
323 Subcomissão de Recursos, Conselheira Estadual Maika Ferreira e Conselheiras Nacionais Edna  
324 Alegro e Simone Gomes. Encaminhamento da PA: De acordo. 21.1.4. Assembleia de eleição a ser  
325 realizada no dia 10 de maio de 2024 necessitará da presença de todos os membros da Comissão  
326 Eleitoral a partir do dia 9 de maio e incluirá passagens e diárias. Encaminhamento da PA: De acordo.  
327 21.1.5. Alterações no Edital do Processo Eleitoral gestão 2024-2026, Anexo B. Encaminhamento da  
328 PA: De acordo. 21.2. Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências: Convidar a  
329 UFMG para apresentar a pesquisa realizada na 13ª Conferência Nacional de Assistência Social no  
330 pleno de março; Convidar o especialista em políticas públicas e gestão governamental do IPEA, Sr.  
331 Daniel Avelino, para apresentar a metodologia das conferências no pleno de março. Encaminhamento  
332 da PA: que as apresentações sejam realizadas de forma virtual, em data a definir. 21.3. Comissão de  
333 Acompanhamento aos Conselhos - Minuta da Programação da Reunião Trimestral do CNAS,  
334 CONSEAS e CAS/DF em março de 2024. Datas: 4 e 5 de março de 2024. Presencial. Horário: das  
335 9h às 17h. Local: CNAS, na Esplanada dos Ministérios, Bloco F, sala 108. Dia 04/03/2024: 9h -

336 Abertura com a Presidente Margareth Alves Dallaruvera e o Vice-Presidente Edgilson Tavares de  
337 Araújo do CNAS, coordenadores das Comissões do CNAS e convidados: o Ministro do MDS e o  
338 Secretário Nacional de Assistência Social; 10h30 às 12h – Tema 1: Resolução CNAS n° 4/ 2011, que  
339 trata sobre denúncias. Convidado: CONJUR. Coordenação: Presidente Margareth Alves Dallaruvera.  
340 Tema 2. Resolução CNAS n° 14/2014, que trata sobre a inscrição de entidades e organizações da  
341 sociedade civil de assistência social a partir da Lei Complementar n° 187/2021. Convidada:  
342 Alessandra Portela. Coordenação: Vice-presidente Edgilson Tavares de Araújo; 12h às 14h – Almoço;  
343 14h às 15h - Tema 3: Avaliação do processo conferencial de 2023. Convidada: Denise Colin.  
344 Coordenação: Norma Carvalho e Vice-presidente Edgilson Tavares de Araújo; 14h às 16h - Escuta  
345 dos Conselhos Estaduais e CAS/DF sobre o processo conferencial de 2023. Coordenação: Solange  
346 Teixeira e Maria Godoy; 16h às 17h – Debate. Dia 05/03/2024: 9h às 10h - Diretrizes para o  
347 fortalecimento do CNIS, obrigatoriedade de aporte financeiro e utilização dos recursos destinados  
348 aos Conselhos de Assistência Social, orientações sobre o Artigo 30 da LOAS e propostas de apoio  
349 técnico para o CEAS e CAS/DF, panorama da Resolução do CNAS n° 99 e 100/2023. Convidados:  
350 FNAS, SNAS e SAGICAD; 10h30 às 11h30 – Debate. Coordenação: Conselheira Shirley e  
351 Conselheira Judite da Rocha; 11h30 às 12h – Encerramento. Encaminhamento da PA: Pautar na RDA  
352 de abril o SUAS e o sistema de justiça. 21.4. Comissão de Financiamento: o CNAS realizará reunião  
353 com FONSEAS, CONGEMAS, Frente Nacional em Defesa do SUAS, fóruns e outros atores para  
354 destruir uma agenda de lutas pela priorização da assistente social e aprovação da PEC 383/2017.  
355 Encaminhamento da PA: A Secretaria Executiva do CNAS deve solicitar apoio ao diretor do FNAS,  
356 Sr. Arimatéia, para que faça uma minuta dessa proposta de manifestação que a Comissão apresentará  
357 no pleno. 21.5. Comissão de Normas: pautar na reunião trimestral de março de 2024 a Resolução que  
358 estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CNAS e definir os convidados para  
359 a continuidade do debate da Resolução do CNAS n° 6/2015: i) Todas as entidades que representam  
360 os trabalhadores das Resoluções do CNAS n° 9/2014 e 17/2011; ii) Trabalhadores com acento no  
361 CEAS, CNAS, trabalhadores das organizações da sociedade civil da rede socioassistencial,  
362 Associação Nacional de Educadores Sociais, Professor Bernardino, Professora Leonora e Professora  
363 Adalgisa. Formato: híbrido. Local: auditório da PGR ou do MDS. Os Conselheiros do CNAS do  
364 segmento de trabalhadores devem comparecer presencialmente. Encaminhamento da PA: Retomada  
365 do debate sobre a Resolução n° 6/2015, dia 7 de março de 2024, das 14h às 18h. 21.6. Comissão de  
366 Política: solicitação de pauta em um plano de março para a Secretaria Nacional de Cuidados e Família

367 apresentar os resultados do Processo de Participação Social da Política Nacional de Cuidados.  
368 Encaminhamento da PA: Garantir o tema na pauta de abril e esclarecer na PA que os integrantes da  
369 Comissão entendem que a prerrogativa de encaminhar as moções recebidas no CNAS para as  
370 Comissões afetas é da Presidência Ampliada. Encaminhamento da PA: Devido à alta demanda da PA,  
371 não há condições de fazer a distribuição das moções. Item 22. E-mail do Município de Benevides,  
372 Pará, encaminhando o Ofício nº 14/2024, solicitando orientação a respeito da recomendação do  
373 Promotor de Justiça da 4ª PJ de Benevides, Márcio Leal Dias. Encaminhamento da PA: Aguardar que  
374 o demandante encaminhe o anexo citado no ofício para prover a orientação necessária. Item 23. Pauta  
375 da 325ª Reunião do CNAS, em março de 2024, Anexo C. Durante a apreciação do relato, o  
376 Conselheiro Rafael Machado da Silva, representante do Movimento Nacional População de Rua,  
377 pediu a palavra para tratar do encaminhamento 10 e pediu a ajuda da CNAS para o financiamento da  
378 sua passagem para o Encontro do MNPR, afirmando ser um evento muito importante para a população  
379 em situação de rua, especialmente diante da violência crescente contra estas pessoas. Em resposta, a  
380 Presidente Margareth Alves Dallaruvera entendeu a importância do evento e explicou que o e-mail  
381 tratava do custeio de 30 passagens, no valor total de 60 mil reais, o que seria inviável diante dos cortes  
382 orçamentários apresentados, ao contrário do custeio da passagem de um conselheiro. Com a palavra,  
383 o Conselheiro Régis Aparecido Andrade Spindola, representante da Secretaria Nacional de  
384 Assistência Social – SNAS/MDS, sugeriu que o Conselheiro Rafael da Silva encaminhasse  
385 formalmente o pedido de auxílio para a SNAS, afirmando que acompanhará a demanda. O  
386 Conselheiro Rafael Machado da Silva disse que outro e-mail sobre o assunto foi enviado, pediu  
387 conferência da Secretaria Executiva e aceitou a sugestão do Conselheiro Régis Spindola. A respeito  
388 do encaminhamento 15.1, o Conselheiro Régis Spindola reforçou que ocorrências do tipo acontecem  
389 no estado inteiro, não apenas em Itajaí, e pediu que, além da Nota de Repúdio, fosse feita uma reunião  
390 conjunta do CNAS com a Secretaria de Assistência Social de Santa Catarina, o Ministério Público do  
391 Estado de Santa Catarina, o CONGEMAS de Santa Catarina e o CEAS sobre a violência contra a  
392 população em situação de rua no estado. Ainda sobre esse encaminhamento, o Conselheiro Rafael da  
393 Silva relatou que o Conselho Nacional de Direitos Humanos fará uma missão com o CIAMP-Rua de  
394 08 a 10/04/2024 em Santa Catarina e indicou a importância de convocar também os gestores  
395 municipais, uma vez que a maioria das ações voltadas à população em situação de rua partem das  
396 Secretarias de Assistência Social dos municípios. Pediu que o CNAS oferecesse uma denúncia para  
397 o Ministério Público e para a Promotoria dos Direitos dos Cidadãos, com o objetivo de que o

398 Ministério Público de Santa Catarina tome providências junto com o Ministério Público Federal em  
399 prol da população em situação de rua. Afirmou que a Nota de Repúdio não surtirá efeito e sugeriu  
400 ainda que um representante do CNAS acompanhe a missão em Santa Catarina. O Conselheiro Régis  
401 Spindola concordou com a necessidade de uma denúncia, mas sugeriu primeiro realizar a reunião  
402 conjunta proposta, a fim de entender o que já está sendo feito. A Presidente Margareth Alves  
403 Dallaruvera explicou que o Pacto Federativo indica que não se pode envolver a União antes de tratar  
404 do assunto com o estado, concordando com o Conselheiro Régis Spindola, e pediu que, além dele, a  
405 Conselheira Solange Bueno, o Vice-Presidente Edgilson Tavares e a Conselheira Norma Carvalho  
406 acompanhem o processo. Após informe da Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho,  
407 representante do Lar Fabiano de Cristo, de que a próxima reunião do CEAS será em 28/02/2024, a  
408 Presidente Margareth Alves Dallaruvera pediu que a reunião conjunta fosse logo após o próximo  
409 pleno da CNAS e indicou que a Nota de Repúdio fossem conjunta com outros conselhos, para que  
410 tenha mais força. Com a palavra, o Vice-Presidente Edgilson Tavares sugeriu elaborar a Nota de  
411 Repúdio a tempo de ser apresentada durante a reunião, sendo que o Conselheiro Régis Spindola se  
412 comprometeu a elaborá-la com a ajuda do Conselheiro Rafael da Silva. Seguindo para o  
413 encaminhamento 16, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera indicou a necessidade de um  
414 posicionamento da CNAS sobre as comunidades terapêuticas com base nas leis existentes e, após,  
415 uma reunião para discutir o assunto com o Conselho Nacional de Saúde - CNS e o Conselho Nacional  
416 de Direitos Humanos - CNDH. Então, o Conselheiro Régis Spindola questionou por que o parecer do  
417 CNAS não é uma resolução. O Vice-Presidente Edgilson Tavares disse que a Lei Complementar nº  
418 187, que diz que é autoridade do MDS certificar as Comunidades Terapêuticas, muitas vezes é mal  
419 interpretada. Explicou que a certificação é feita por dois departamentos, o Departamento da Rede  
420 Socioassistencial Privada do SUAS, que certifica apenas entidades vinculadas aos SUAS, e o  
421 DEPAD, que certifica comunidades terapêuticas da área do álcool e outras drogas não vinculadas ao  
422 SUAS. Sugeriu o encaminhamento para discutir uma resolução do Conselho que trate dos três níveis  
423 de reconhecimento: inscrição no Conselho Estadual, CNEAS e CEBAS. Em resposta, a Presidente  
424 Margareth Alves Dallaruvera recomendou a criação de um GT para criação da Resolução, que deve  
425 chegar pronta à reunião do Conselho, indicando o Vice-Presidente Edgilson Tavares, o Conselheiro  
426 Régis Spindola, a Conselheira Simone Gomes, a Conselheira Ana Lúcia Soares e a Conselheira Edna  
427 Alegro para a tarefa. A Conselheira Magali Basile também se colocou a disposição para participar,  
428 com o entendimento de que será substituída quando o novo conselheiro assumir seu cargo. Ato

429 seguinte, o Vice-Presidente Edgilson Tavares discorreu sobre a importância de debater qual é o papel  
430 da assistência social diante da questão da política de drogas e a Presidente Margareth Alves  
431 Dallaruvera encaminhou que o tema seja discutido na Reunião Ordinária do mês de maio ou em um  
432 Seminário na mesma época, inclusive com a presença dos convidados do CNS, CNDH, CONAD,  
433 CNJ e DEPAD. A Conselheira Simone Gomes sugeriu a presença de um representante da Comissão  
434 que cuida das comunidades terapêuticas dentro do Conselho Federal de Psicologia e do Ministério  
435 Público Federal, órgãos que fizeram ações voltadas às comunidades terapêuticas nos últimos anos, ao  
436 que a Presidente Margareth Alves Dallaruvera encaminhou incluir também os movimentos sociais.  
437 Após, a representante escolhida para representar o CNAS na reunião do CONANDA, exposto no item  
438 19, foi a Conselheira Maria Carolina Pereira Alvez, representante da Secretaria Nacional de Cuidados  
439 e Família. Sobre o encaminhamento 21.3, a Conselheira Magali Pereira Costato Basile, representante  
440 do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, pediu a  
441 alteração da data, do dia 04/05/2024 para o dia 05/05/2024, conforme acordado internamente, o que  
442 foi aceito. Em seguida, sobre o Item 22, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera informou que o  
443 anexo mencionado foi recebido naquele dia, tratando-se do parecer do Promotor de Justiça que  
444 impediu que uma trabalhadora assumisse a Presidência do Fórum dos Trabalhadores por ser servidora  
445 pública, e fez a leitura dele. Sugeriu encaminhar à CONJUR em busca da orientação de como  
446 responder corretamente à procuradoria. O Conselheiro Agostinho Soares Belo, representante da  
447 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, acrescentou a necessidade de pediu os  
448 relatórios das atividades ao Fórum de Trabalhadores do SUAS do Pará, sendo que a Presidente  
449 concordou e sugeriu pedir tanto ao nível estadual quanto ao nível municipal, além de esclarecer com  
450 a demandante se a servidora em questão tem cargo de confiança. A convidada Sra. Jucileide  
451 Nascimento, observadora do Conselho Federal de Serviço Social, julgou importante consultar  
452 também o Conselho Estadual do Pará sobre as eleições mencionadas, o que foi acatado. Ato seguinte,  
453 a Presidente Margareth Alves Dallaruvera fez a leitura da pauta proposta para a próxima Reunião:  
454 Dia 04/03/2024: 9h às 18h – Reunião Trimestral do CNAS com CEAS e CAD/DF. Dia 05/03/2024:  
455 9h às 12h - Reunião Trimestral do CNAS com CEAS e CAD/DF; 14h às 18h – Reunião da Comissão  
456 de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social; Reunião do Grupo de  
457 Trabalho para realizar estudos, apresentar análises e propostas com relação à parâmetros e critérios  
458 para ofertas de assessoramento, defesa e garantia de direitos pelas entidades privadas e organizações  
459 da sociedade civil da assistência social. Dia 05/03/2023: 9h às 18h – Reunião da Comissão Eleitoral



460 da Sociedade Civil. Dia 06/03/2024: 9h às 16h – Reunião das Comissões de Acompanhamento,  
461 Financiamento, Normas e Políticas; 16h às 18h – Reunião da Presidência Ampliada. Dia 06/03/2024  
462 – 9h30 às 18h – Reunião da Comissão Eleitoral. Dia 07/03/2024 – 325ª Reunião Ordinária do CNAS:  
463 9h às 10h – Reunião interna de alinhamento de representação dos seguimentos que compõem o  
464 CNAS; 10h às 10h30 – Aprovação da ata da 324ª Reunião Ordinária e da pauta da 325ª Reunião  
465 Ordinária; 10h30 às 11h30 - Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência do Ministério de  
466 Direitos Humanos e da Cidadania, convidada: Naira Rodrigues; 11h30 às 12h - Relato da Reunião do  
467 Grupo de Trabalho para estudar e definir critérios para a participação legítima dos trabalhadores,  
468 conselheiros e não conselheiro nos espaços de discussão e controle social no âmbito da política de  
469 assistência social instituída na Resolução CNAS nº 112, de 25/06/2023; 14h às 18h - Retomada do  
470 debate da Resolução nº 6/2015. Dia 08/03/2024 – 325ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h às 10h30 -  
471 Relato da Reunião da Presidência Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da Reunião da  
472 Comissão de Financiamento e Orçamento; 14h às 15h - Relato da Reunião da Comissão de Política  
473 Articulada do SUAS; 16h às 17h - Relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos  
474 Conselhos; 17h às 18h - Informes da Presidência, Secretaria-executiva, CIT, CNAS/MDS,  
475 FONGEAS, CONGEMAS e conselheiros. Os demais itens do relato da Reunião da Presidência  
476 Ampliada não tiveram destaques e o referido relato foi aprovado pela unanimidade dos(as)  
477 conselheiros(as) presentes. Evoluindo a pauta, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera apresentou  
478 a Sra. Denise Colin, a Sra. Maria Luiza Rizotti e a Sra. Maria Helena Tavares, colaboradoras da 13ª  
479 Conferência Nacional, agradecendo a todos os colaboradores representados por elas. Com a palavra,  
480 a Sra. Denise Colin cumprimentou a todos, agradeceu os 32 relatores da 13ª Conferência Nacional e  
481 explicou que os anais ainda são uma redação preliminar. Começou a exposição apresentando a equipe  
482 de colaboradores, mencionou que um dos itens dos anais explica todo o processo conferencial,  
483 seguido pela programação e gráficos com os perfis dos participantes. Em seguida, contou que as falas  
484 dos representantes governamentais e não-governamentais foram colocadas no relato através das suas  
485 gravações, devidamente corrigidas e formatadas. Relatou que, das 15 atividades autogestionadas  
486 citadas a seguir no relato, apenas 11 relatórios foram encaminhados, sendo que o prazo final era o dia  
487 19/12/2023, e que, mesmo após cobranças, ainda faltam 4 relatórios, pedindo orientação do CNAS  
488 de como prosseguir. Quanto a “As Vozes do SUAS”, explicou que também são gravações, assim  
489 como as falas da mesa de abertura. Após, apresentou as explicações das metodologias dos grupos de  
490 trabalhos e mini plenárias; as homenagens com suas respectivas gravações e currículos dos

491 homenageados, questionando se os discursos deles também devem ser registrados; e as premiações,  
492 que também não estão degravadas, explicando que, em ambos os casos, está aguardando os registros  
493 fotográficos do evento para anexar fotos dos homenageados. Ato contínuo, avisou que a equipe não  
494 recebeu a degravação da Mesa da Professora Zelma, do Ceará. Sobre a plenária final, explicou que  
495 há um quadro com as propostas priorizadas, um com todas as aprovadas e outro com as moções  
496 aprovadas na plenária final, assim com o levantamento quantitativo de assinaturas, além das  
497 degravações da mesa de encerramento. Citou as mais de 1.170 avaliações recebidas por escrito, que  
498 foram categorizadas em críticas, propostas e elogios. Sobre os anexos, enumerou: 1. Convocação da  
499 Conferência; 2. Regulamento; 3. Regimento Interno; 4. Apresentações realizadas; 5. Relatórios das  
500 atividades autogestionadas; 6. Manual do Participante; 7. Caderno de Propostas; 8. Errata do Caderno  
501 de Propostas; 9. Rastreamento de todas as deliberações das Conferências Estaduais que foram  
502 sistematizadas no caderno de propostas, questionando se deve manter este anexo ou não; 10.  
503 Resolução do CNAS que reconhece a agenda de lutas da Conferência Democrática de 2019; 11.  
504 Modelo da Ficha de Avaliação. Por fim, afirmou que a equipe ficou emocionada de poder trabalhar e  
505 contribuir com um evento tão importante, parabenizou o CNAS pela ousadia, agradeceu os  
506 colaboradores e ficou à disposição para esclarecimentos e sugestões. Finalizou afirmando que ainda  
507 falta uma revisão profissional e diagramação do texto. A seguir, a Sra. Maria Luíza Rizzoti  
508 parabenizou o CNAS pela elaboração da conferência, dizendo ser um ato fundante para a retomada  
509 democrática. Destacou que 52% dos presentes avaliaram a conferência, o que julgou um bom  
510 resultado por ser uma ação voluntária, dos quais 70% classificou o evento como “ótimo” ou “bom”.  
511 Já sobre as reclamações, falou que a maioria trata de compra de passagens e divulgação. Com a  
512 palavra, a Sra. Maria Helena Tavares agradeceu a confiança na equipe e sinalizou que os anais estão  
513 carecendo da dimensão da cultura, o que não conseguiu contemplar antes devido ao prazo. Elogiou a  
514 coordenação da Sra. Denise Colin e a integração dos participantes mais antigos com os novos. Ato  
515 seguinte, a Sra. Denise Colin relatou que não há nenhum registro do ato em comemoração aos 30 anos  
516 da LOAS, questionando como este momento pode ser registrado. Então, a Presidente Margareth  
517 Alves Dallaruvera agradeceu à todas, se disse satisfeita com o retorno, lembrou as críticas ao projeto  
518 e os embasamentos usados para criação dele. Avisou que o CNAS tem fotos da comemoração de 30  
519 anos da LOAS, assim como as gravações do “As Vozes do SUAS”, e que é importante esta  
520 documentação nos anais. Com a palavra, o Vice-Presidente Edgilson Tavares agradeceu o trabalho  
521 da equipe e de todos os envolvidos na 13ª Conferência Nacional e elogiou os anais, ressaltando a

522 importância desta memória. Concordou que é preciso uma diagramação, sugeriu colocar os anexos  
523 em links separados devido ao tamanho do arquivo e opinou que o registro dos discursos das  
524 homenagens na íntegra é desnecessário, podendo-se acrescentar apenas citações deles. Sobre os 30  
525 anos da LOAS, concordou que é preciso documentar e afirmou que há gravações de vídeos, além das  
526 fotos, inclusive feitos por drones. Disse que “As Vozes do SUAS” foi transcrito, pedindo que falas  
527 significativas fossem colocadas nos anais, mesmo que não em sua íntegra, e que pode ter havido  
528 algum erro na nomeação e organização dos arquivos, se dispondo a resolver a questão, assim como  
529 fará com as falas dos homenageados. Reforçou o potencial de inovação da política pública e a  
530 importância de se observar a memória ancestral, mas também de evoluir e melhorar tais políticas.  
531 Afirmou que a 13ª Conferência Nacional foi uma grande festa da democracia, parabenizou todos os  
532 envolvidos e reiterou o respeito com a soberania do CNAS. A seguir, a Conselheira Solange Bueno  
533 pediu que fosse registrado nos anais uma dedicatória à Sra. Simone Albuquerque e enalteceu o  
534 trabalho em equipe durante todo o processo de criação e execução da Conferência. Valorizou a  
535 participação dos usuários, disse que a dimensão cultural fez a diferença no evento e elogiou o cardápio  
536 oferecido, desejando que um dia tal atendimento não ocorra apenas na Conferência. Em posse da  
537 palavra, o Conselheiro Ismael Ultino Tavalone, representante do Movimento Nacional Pestalozziano  
538 de Autodefensores – MONPAD, agradeceu a oportunidade, dizendo-se privilegiado e lembrando que  
539 foi sua primeira Conferência. Após, o Conselheiro Raimundo Nonato, representante da DBA/SNAS,  
540 também parabenizou os envolvidos, falou sobre as dificuldades do reinício após o término de um  
541 governo autoritário que gerou o desmonte da assistência social e exaltou os anais. Ato seguinte, a  
542 Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, representante da Federação Nacional dos Empregados  
543 em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF, agradeceu todos os  
544 participantes, desejou que, cada vez que ler os anais, capte a emoção de tal acontecimento e lembrou  
545 da Sra. Simone Albuquerque. Então, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera contou sobre uma  
546 reunião com o Ministro onde foi pedido que, na reunião trimestral de março, os anais fossem  
547 entregues ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva e que ele assine os protocolos que teria assinado  
548 durante a Conferência, se tivesse comparecido, portanto o prazo para terminar o relatório é curto.  
549 Sobre a mesa “As Vozes do Suas”, a Secretária Thais Braga afirmou que as fotos foram enviadas,  
550 onde localizar a gravação da mesa e das homenagens e disse que a comemoração dos 30 anos da  
551 LOAS realmente não teve gravação, por ser um ato externo. Já o Vice-Presidente Edilson Tavares  
552 sugeriu que a única transcrição na íntegra seja da abertura e da atividade final da Conferência e pediu

553 a incorporação das três paródias, músicas do João do Cavaco, como epígrafe. Complementando, a  
554 Sra. Denise Colin sugeriu acrescentar o link dos vídeos, como o da comemoração da LOAS, das  
555 músicas e da homenagem à Sra. Simone Albuquerque, mas pediu que a comissão organizadora  
556 escolha as fotos e vídeos, ao que o Vice-Presidente Edgilson Tavares concordou. A Presidente  
557 Margareth Alves Dallaruvera agradeceu a equipe da conferência com uma salva de palmas.  
558 **ENCERRAMENTO 21/02/2024:** Finalizados os itens de pauta do dia, a Presidente Margareth Alves  
559 Dallaruvera encerrou o primeiro dia da 324ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a  
560 participação de todos(as). **ABERTURA 22/02/2024:** A Presidente Margareth Alves Dallaruvera deu  
561 início ao segundo dia da 324ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos(as) e, em  
562 seguida, solicitou à Secretária Thais Braga que realizasse a verificação do quórum. Verificada a  
563 existência de quórum, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera explicou que a Conselheira Sandra  
564 Barbosa, representando os trabalhadores, pediu para participar online da oficina do PAEFI no dia  
565 23/02/2024. Ato seguinte, passou-se ao relato da reunião da Comissão de Normas de Assistência  
566 Social, realizada no dia 20 de fevereiro de 2024. O Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo  
567 elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as) convidados(as) e membros da Secretaria  
568 Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo  
569 eles: Item 1. Apreciação das Minutas de Resolução que trata as Comissões do CNAS. Convidado:  
570 William Olivindo. Encaminhamento: Submeter ao pleno as Resoluções para aprovação com quórum  
571 qualificado, Anexos 1 a 7. Item 2. Revisão do Regimento Interno do CNAS. Convidado: consultoria  
572 jurídica, Encaminhamento: Indicada como ponto principal da reunião do mês de março. Item 3.  
573 Elaboração de Resolução que estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no  
574 CNAS. Convidado: CONJUR/MDS. Encaminhamentos: i) Encaminhar para o Dr. Willian Olivindo,  
575 da CONJUR, o resultado das discussões realizadas pela Comissão para que a CONJUR retorne à  
576 Comissão de Normas a Minuta da Resolução, com base nos apontamentos realizados pela Comissão;  
577 ii) Encaminhar para a PA pautar, na reunião trimestral de março, a resolução que estabelece  
578 procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CNAS. Item 4. Apresentação do 3º e do 4º  
579 Relatórios Trimestrais de 2023 e do Relatório Anual de 2023. Encaminhamento: Enviar os Relatórios  
580 ao CEAS, CAS/DF e todos os Conselheiros do CNAS. Item 5. Informe do Grupo de Trabalho sobre  
581 o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Encaminhamento: Acompanhar  
582 trimestralmente, conforme Plano de Ação da Comissão de Normas. Item 6. Outros assuntos. 6.1. E-  
583 mail do Conselho Estadual de Santa Catarina e do Conselho Municipal de Assistência Social de

584 Laje/SC, que solicita orientações relacionadas à inscrição e monitoramento das organizações da  
585 sociedade civil referente à Lei Complementar nº 187/2021 e ao Decreto nº 11.791/2023.  
586 Encaminhamentos: i) Encaminhar a demanda para a DR/SP; ii) Responder ao CEAS que foi  
587 encaminhado o respectivo ofício para o DR/SP para manifestação; iii) Informar que, com relação aos  
588 parâmetros para inscrição de entidades e respectivo monitoramento, o Conselho está discutindo e em  
589 breve terá uma atualização das normativas relativas a esse assunto. 6.2. Ofício nº 174 do Conselho  
590 Municipal de Assistência Social de Caldas Novas, Goiás, que solicita orientação acerca da inscrição  
591 do abrigo São Francisco de Assis. Encaminhamento: Responder ao CMAS que compete aos  
592 Conselhos Municipais inscrever apenas entidades privadas sem fins lucrativos que atuem com ofertas  
593 na política de assistência social e não serviços ofertados e gerenciados por órgãos públicos. Item 7.  
594 Demanda enviada pela Presidência Ampliada para a Comissão: Encaminhamento para discussão da  
595 Resolução CNAS nº 34. Encaminhamento: Pautar na próxima reunião. Item 8. Discussão sobre a  
596 atualização da Resolução nº 14/2014. Encaminhamento: Pautar na próxima reunião. Item 9. Definir  
597 os convidados para continuidade do debate sobre a Resolução CNAS nº 6/2015. Encaminhamentos  
598 para a PA: Todas as entidades que representam os trabalhadores das Resoluções CNAS nº 9 e  
599 17/2011, trabalhadores do CEAS e CNAS, trabalhadores das entidades, Associação Nacional de  
600 Educadores Sociais, Professor Bernardino, Professora Leonor Schettini e Professora Aldaíza Sposati.  
601 Formato: híbrido. Local: auditório da PGR ou auditório do MDS, bloco A. Os Conselheiros do CNAS  
602 do segmento dos trabalhadores devem comparecer de forma de modo presencial. Item 10. Análise  
603 conjunta das Comissões de Normas, Financiamento e Política sobre a Resolução que trata do  
604 cofinanciamento das lanchas da assistência social. Encaminhamento: Submeter ao pleno a Resolução  
605 para aprovação por quórum qualificado. Item 11. Definir pauta do mês de março de 2024, assunto  
606 principal e convidados, se houver: 9h às 12h - Revisão do regimento interno do CNAS; 14h às 16h -  
607 Encaminhamento para a discussão da Resolução do CNAS nº 34/2011; Discussão sobre atualização  
608 da Resolução CNAS nº 14/2014; Revisão do Plano de Ação; Elaboração de Resolução que estabelece  
609 os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no CNAS. Convidado: CONJUR. Ato contínuo,  
610 o Vice-Presidente Edgilson Tavares leu a minuta da Resolução do CNAS que Institui a Comissão de  
611 Normas da Assistência Social, que foi aprovada por unanimidade com 17 votos favoráveis. Então, o  
612 fez a leitura da Proposta de Resolução do CNAS que Define Procedimentos para a Utilização dos  
613 Recursos Destinados às Lanchas da Assistência Social, que também foi aprovada por unanimidade  
614 com 17 votos favoráveis. Voltando para o relato da Reunião da Comissão de Normas, sobre o

615 encaminhamento 7 A, a Conselheira Solange Bueno lembrou que a Resolução nº 34 também está  
616 com a Comissão de Política, sugerindo uma reunião conjunta. Em resposta, o Vice-Presidente  
617 Edgilson Tavares julgou importante avançar nos debates, uma vez que os órgãos certificadores estão  
618 enviando questionamentos ao CNAS, indicando uma possível necessidade de uma Resolução  
619 conjunta com outros órgãos acerca da habilitação e da reabilitação, ao que a Conselheira Edna Alegro  
620 concordou, porém pedindo que a discussão aconteça no mês de março. A Conselheira Solange Bueno  
621 entendeu a urgência, mas lembrou que alguns pontos estão tanto no Plano de Ação da Comissão de  
622 Normas quanto da Comissão de Políticas, resumindo que ambas as Comissões terão que fazer as suas  
623 colaborações. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera conciliou que o debate deve começar em  
624 março com a Comissão de Normas, com o entendimento de agendar uma reunião conjunta, e a  
625 Conselheira Ana Lúcia Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais  
626 – ABRATO, concordou, falou da importância de uma reunião conjunta e se dispôs a ajudar. Já sobre  
627 o encaminhamento 9, pediu a inclusão dos Fóruns de Trabalhadores Estaduais e Nacionais. Em  
628 resposta, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera lembrou que as reuniões são abertas para todos,  
629 incluindo os Fóruns de Trabalhadores e Fóruns Sindicais, mas que incluiria a demanda, apesar de  
630 julgar redundante. Já a Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, representante da  
631 Central Única dos Trabalhadores – CUT, julgou desnecessário enumerar cada um dos órgãos  
632 convidados, por medo de excluir algum, uma vez que o convite é aberto à todos e não há necessidade  
633 de nominar. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera sugeriu retirar também “educadores sociais”,  
634 portanto não listando ninguém, e o Vice-Presidente Edgilson Tavares fez uma nova proposta de  
635 redação: “Trabalhadores da rede socioassistencial privada, de unidades públicas e privadas”, ao que  
636 a Conselheira Ana Lúcia Soares aceitou. O Vice-Presidente Edgilson Tavares pediu também que os  
637 Conselheiros que quiserem convidar alguma entidade além das listadas e convidadas nominalmente  
638 o solicite à Secretaria Executiva. Então, o relato Reunião da Comissão de Normas foi aprovado pela  
639 unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes e a Presidente Margareth Alves Dallaruvera pediu  
640 licença para se ausentar temporariamente, para comparecer à do Presidente do ABDI, Ricardo  
641 Capelli, no Ministério do Planejamento. Ato seguinte, passou-se ao relato da reunião da Comissão de  
642 Financiamento e Orçamento da Assistência Social, realizada no dia 20 de fevereiro de 2024. A  
643 Conselheira Célia Lima elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as) convidados(as) e  
644 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus  
645 encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Execução da Lei Orçamentária Anual de 2024. O Sr. Adailton

646 Amaral Barbosa Leite, Gerente de Projeto da Secretaria Nacional de Assistência Social/SNAS, fez a  
647 explicação sobre o quadro de execução orçamentária. Destacou as três ações obrigatórias: o benefício  
648 BPC para idosos, que tem um orçamento de mais de 45 bilhões de reais, dos quais apenas 8,25%  
649 foram usados; o benefício BPC para pessoas com deficiência, que tem uma dotação de mais de 54  
650 bilhões, dos quais 8,6% já foram gastos; e o Auxílio Inclusão, que conta com um orçamento de 420  
651 milhões de reais, tendo gastos de 0,7% do total. Sobre as ações discricionais, a prestação de serviços  
652 da Dataprev conta com uma dotação de 443 milhões, ainda disponíveis integralmente; a avaliação e  
653 operacionalização do BPC, com orçamento de 8 milhões, dos quais foram utilizados 51 mil reais, ou  
654 seja, 0,64%; a operacionalização do Auxílio Inclusão, que ainda possui todo o seu fundo, no valor de  
655 551 mil reais; a Atenção Integral com a Primeira Infância, com dotação de 382 milhões ainda sem  
656 execuções; o cofinanciamento do Serviço de Proteção Básica, com orçamento de 1,147 bilhão, ainda  
657 inutilizados; o Serviço de Proteção Especial, com dotação de 751 milhões, sendo que menos de 1  
658 milhão foi usado até o momento; as Emendas Parlamentares, com 818 milhões, ainda sem execução;  
659 organização, gestão e vigilância social do SUAS, com 2,3 milhões ainda não usados; e o fundo, que  
660 conta com dotação de mais de 3 bilhões, dos quais menos de 1 milhão foram pagos. Seguindo com a  
661 execução direta fora do fundo, a Gestão e Apoio à Gestão do SUAS tem orçamento de 2,9 milhões  
662 ainda disponíveis; 468 mil reais do TI do SUAS, ainda sem uso; o financiamento do funcionamento  
663 do CNAS, com dotação de 3,37 milhões, dos quais 20 mil reais foram gastos. Encaminhamento:  
664 Elaborar relatório de projeção referente às diárias e passagens para a realização das Reuniões  
665 Ordinárias e eventos de mais necessidade do CNAS no exercício de 2024. Encaminhamentos à PA:  
666 i) Realizar a reunião do CNAS com o FONGEAS, CONGEMAS, Frente Nacional em Defesa do  
667 SUAS, fóruns e outros atores para construir uma agenda de lutas pela priorização da assistência social  
668 no orçamento e aprovação da PEC nº 383/2017; ii) Apreciação do Relatório Final de Execução  
669 Orçamentária Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social exercício 2023. Item 2. Apreciação  
670 do Relatório Final de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social  
671 referente ao exercício 2023. A Sra. Bruna Angélica Silva Ribeiro, Coordenadora-Geral de Execução  
672 Orçamentária, Financeira e Contábil – SNAS, apresentou o Relatório. Começou apresentando o  
673 quadro com os valores de todas as dotações do exercício de 2023, que discrimina as dotações inicial,  
674 empenhada e paga. Leu a Nota Explicativa a respeito das suplementações de crédito, explicou o  
675 quadro de recebidos e anunciou os totais no ano de 2023. Encaminhamentos: i) Solicitar ao FNAS  
676 que verifique na execução de 2023, nas despesas discricionárias, o que faltou de recursos para

677 assistência social, considerando a Resolução CNAS n° 78, de 29/07/2022; ii) Recomendar aprovação  
678 pelo pleno do CNAS do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional  
679 de Assistência Social, exercício 2023. Item 3. Discutir e propor a Classificação Orçamentária da  
680 Assistência Social, função: 08. Convidada: SNAS, diretoria executiva do Fundo Nacional de  
681 Assistência Social - DE/FNAS, IPEA, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança -  
682 SPOG/MDS, Secretaria de Orçamento Federal - SOF, CONGEMAS e FONSEAS. Encaminhamento:  
683 Aprovação da Minuta de Resolução de recomendação sugerindo as novas subfunções da função 08,  
684 anexo 3. 4. Outros assuntos. 4.1. E-mail de solicitação de orientações da Secretaria de Assistência  
685 Social do Município de Gravataí. Encaminhamento: Encaminhar para o FNAS para elaboração de  
686 provas. Item 5. Apreciação do Relatório Final da execução da ação n° 8.249. Convidada: Secretaria  
687 executiva do CNAS. Encaminhamento: A Comissão encaminha à consideração da plenária. Item 6.  
688 Definição da pauta do mês de março de 2024. 6.1. Apresentação do status das propostas da Comissão  
689 deliberadas pelo plenário 6.1.1. Apresentação e debate da execução de 2023 nas despesas  
690 discricionárias. Convidado: DEF/MDS. 6.2 Status da Lei Orçamentária Anual - LOA 2024.  
691 Convidado: SNAS. 6.3. Discussão das Propostas de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO,  
692 para o exercício financeiro de 2025. Convidados: SNAS e DEF/CNAS. 6.4. Revisão do Plano de  
693 Ação da Comissão de Financiamento e Orçamento. 6.5. Apresentação e debate do Relatório de  
694 Projeção referente aos diários e passagens da ação n° 8.249 para realização das reuniões ordinárias,  
695 eventos e demais necessidade do CNS no exercício de 2024. Convidados: Secretaria Executiva do  
696 CNAS. 6.6. Outros assuntos. 6.7. Definição da pauta do mês de abril de 2024, definição do assunto  
697 principal e convidado, se houver. Ato contínuo, o Vice-Presidente Edgilson Tavares abriu a votação  
698 do Relatório de Prestação de contas, que foi aprovado por unanimidade com 15 votos. Em seguida,  
699 parabenizou a equipe do Fundo Nacional pelo excelente trabalho e por seguir o que foi acordado pelo  
700 Conselho. Com a palavra, o Conselheiro Agostinho Belo destacou que a aprovação da PEC n°  
701 383/2017 deve ser prioridade, assim como a valorização das condições de trabalho. Após, a  
702 Conselheira Solange Bueno elogiou a administração do Fundo por conseguir movimentar os valores  
703 de acordo com as necessidades e buscar recursos para cumprir seus compromissos. Concordou com  
704 o Conselheiro Agostinho Soares Belo e apoiou a mobilização em prol da PEC n° 383/2017.  
705 Subsequentemente, o Conselheiro Rafael da Silva também concordou com as colocações, disse não  
706 se conformar com o orçamento da assistência social e valorizou os serviços oferecidos. Relatou que  
707 muitas cidade sequer têm serviços como o CRAS e o CREAS e que outras não seguem a



708 regulamentação operacional básica do SUAS. Lembrou que muitas políticas entraram no novo PAC,  
709 mas a assistência social não, demonstrando que não é uma pauta prioritária e que os programas de  
710 governo conquistam votos e são passageiros, ao contrário de políticas públicas, que são permanentes.  
711 Pediu que o CNAS se imponha diante das adversidades orçamentárias, registrou sua indignação e  
712 pediu responsabilidade e compromisso com os usuários dos programas. Em resposta, o Vice-  
713 Presidente Edgilson Tavares afirmou que não houve atrasos nos repasses do Governo Federal em  
714 2023, apesar de serem escassos; lembrou que todas as reuniões e compromissos do Conselho foram  
715 realizados no período; concordou que a assistência social é uma área cercada por lutas e que o ano de  
716 2024 deve focar em diálogos com o legislativo, já que o diálogo com o executivo está progredindo.  
717 Definiu como urgente a tratativa da questão do teto de pagamento pessoal com relação à Lei de  
718 Responsabilidade Fiscal, que caminha junto com a aprovação da PEC n° 383/2017. Convocou o  
719 conselho a ter uma atuação mais incisiva e direta junto aos legislativos federal, estadual e municipal  
720 e julgou necessária uma manifestação a respeito dos cortes orçamentários que a pasta sofreu em 2024.  
721 Com a palavra, a Conselheira Sandra Barbosa concordou com os pontos levantados e sugeriu envolver  
722 os Fóruns no movimento pela visibilidade da causa. Reconheceu as conquistas de 2023 e pediu que  
723 fossem pensadas estratégias para além das que já foram aplicadas em busca de um orçamento maior.  
724 Em seguida, a Conselheira Magali Basile rememorou que os municípios arcaram sozinho com a  
725 política de assistência social por quatro anos e que, desde 2023, parte do orçamento foi recomposto.  
726 Concordou que é preciso mobilizar todos os atores da assistência social, que o governo atual está  
727 fazendo o possível para cumprir suas obrigações, mas que é necessário ir além e que a emenda  
728 parlamentar carece de ser aprovada, o que depende do Congresso. O Conselheiro Rafael da Silva  
729 complementou dizendo que não depende apenas do Congresso, mas sim do Presidente Luís Inácio  
730 Lula da Silva, e que o valor pedido, de 1% do orçamento total da União, é irrisório. Em réplica, o  
731 Vice-Presidente Edgilson Tavares encaminhou que, no ato da entrega dos Anais da Conferência ao  
732 Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sejam destacadas como prioritárias as deliberações a respeito  
733 do financiamento da assistência social e a Conselheira Solange Bueno acrescentou o uso da faixa  
734 “Aprovação Já 383” na data. Com a palavra, a Conselheira Célia Lima explicou que é indispensável  
735 um longo processo de articulação e concordou que é urgente aprovar a PEC. Contou que a Comissão  
736 de Financiamento construiu uma Manifestação sobre o orçamento e os cortes orçamentários  
737 endereçada aos órgãos que tratam do dinheiro público e sugeriu que a leitura fosse feita ao final da  
738 reunião. O Vice-Presidente Edgilson Tavares acatou a sugestão da leitura e aprovação antes do

739 intervalo, ao que todos concordaram, e seguiu à apreciação dos encaminhamentos do relato da  
740 Reunião da Comissão de Financiamento com a leitura do Anexo 3 – Minuta de Resolução de  
741 Recomendação Sugerindo as Novas Subfunções da Função 8, feita pela Conselheira Célia Lima. A  
742 Resolução foi aprovada por unanimidade com 15 votos favoráveis. A seguir, a Sra. Randriene Maia,  
743 Coordenadora de Financiamento/Secretaria-Executiva do CNAS, resumiu a Nota Explicativa da  
744 Apreciação do Relatório Final de Execução da Ação 8249 do Funcionamento dos Conselhos de  
745 Assistência Social do Exercício de 2023. Disse que a Nota apresenta valores orçamentários,  
746 empenhados, liquidados e pagos dos PIs integrantes da ação nº 8.249, ou seja, serviços de taquigrafia,  
747 libras, equipamentos, materiais permanentes, deslocamentos, passagens aéreas, impressão e  
748 encadernação material instrucional, manutenção e funcionamento dos Conselhos de Assistência  
749 Social, apoio ao espaço democrático de participação na 13ª Conferência Nacional e serviços de  
750 gravação e degravação. Disse que o valor passou de pouco mais de 3 milhões para mais de 9,4 milhões  
751 em decorrência da 13ª Conferência Nacional e relatou que a Nota Explicativa conta com planilhas  
752 demonstrativas dos valores, assim como a origem do valor sobressalente. A Conselheira Solange  
753 Bueno perguntou se todos os valores da Conferência já foram pagos e a Sra. Randriene Maia  
754 confirmou que foram liquidados em janeiro, e por isso não constam no Relatório de 2023. Depois,  
755 questionou sobre os contratos não cumpridos e as respectivas negociações, sendo que a resposta da  
756 Sra. Bruna Ribeiro foi que todos os serviços comprovados foram pagos. Por fim, o relato da Reunião  
757 da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social foi considerado aprovado pela  
758 unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. O Vice-Presidente Edgilson Tavares agradeceu a  
759 audiência no *YouTube* e questionou a possibilidade de se permitir a participação por meio da  
760 plataforma. A seguir, a Conselheira Célia Lima fez a leitura da Manifestação sobre o Orçamento e os  
761 Cortes Orçamentários, pedindo sugestões de melhorias. A Secretária Thaís Braga propôs acrescentar  
762 “Distrito Federal” quando se trata de “Governo Federal, Estadual e Municipal”. Já a Sra. Jucineide  
763 Nascimento destacou a redação “controle social do Brasil”, pedindo que fique amplo e explícito que  
764 é o CNAS ou “controle social democrático e participativo com representações” e que sejam colocados  
765 os percentuais para ilustrar o desfinanciamento. Com isso, o Vice-Presidente Edgilson Tavares  
766 indicou uma nova redação para o início da manifestação: “O Conselho Nacional de Assistência  
767 Social, órgão máximo de controle social e deliberação da Política Nacional da Assistência Social,  
768 reivindica a priorização, recomposição e ampliação do orçamento geral da união para o Sistema Único  
769 de Assistência Social (SUAS) como área estratégica e essencial no enfrentamento da pobreza e da

770 fome, garantia de proteção social e direitos socioassistenciais, e combate às desigualdades sociais no  
771 Brasil”. Em seguida, concordou com o acréscimo dos percentuais e o que representam na série  
772 história, assim como o impacto dos cortes orçamentários nos serviços prestados em números. Ato  
773 contínuo, a Conselheira Solange Bueno pediu a inclusão da frase “Pedimos aprovação já da PEC 383”  
774 ao final do texto e o Vice-Presidente Edgilson Tavares concordou, argumentando que o direito social  
775 está garantido no tripé da seguridade social e na Constituição federal, mas até o momento não possui  
776 vinculação orçamentária, sugerindo o texto: “(...) por isso conclamamos a aprovação da PEC 383”.  
777 Alterou também o título para “Manifestação do CNAS pela Garantia do Orçamento e Financiamento  
778 do SUAS”, o termo “financiamento” por apontamento do Conselheiro Carlos Nambu. Então, a  
779 Conselheira Célia Lima parabenizou todos os integrantes da Comissão de Financiamento pelo  
780 trabalho realizado. Após o intervalo, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera relatou como foi a  
781 posse do Presidente do ABDI, Ricardo Capelli, na qual compareceu no período da manhã, e passou  
782 a palavra ao Conselheiro Carlos Nambo, que leu a Moção do CNAS/MDS de 22/02/2024, que altera  
783 a Resolução do CNAS/MDS n° 134, de 15/12/2023 a respeito da substituição da Sra. Maika pela Sra.  
784 Ana do Socorro Mendes, que foi aprovada. Em seguida, leu a Resolução CNAS/MDS, de 22/02/2024,  
785 que altera a Resolução CNAS/MDS n° 126, de 20/11/2023, que altera o prazo para análise dos  
786 pedidos de habilitação para as entidades eleitoras e habilitadas para designar candidatas e candidatos,  
787 onde a Conselheira Ana Lúcia Soares acrescentou “entidades eleitoras”, como no texto original, e a  
788 Resolução foi aprovada pela unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes. Então, a pedido da  
789 Conselheira Magali Basile, que precisaria se ausentar, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera  
790 alterou a ordem da pauta, colocando o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos  
791 Conselhos à frente do relato da Reunião Comissão de Política. Portanto, passou-se ao relato da  
792 Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, realizada no dia 20 de fevereiro de 2024.  
793 A Conselheira Magali Basile elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as) convidados(as) e  
794 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus  
795 encaminhamentos, sendo eles: Item 1. Elaboração da medida de programação da reunião trimestral  
796 do CNAS, CONSEAS e CAS/DF. Encaminhamento: Elaboração da Proposta de Minuta para a  
797 programação da reunião trimestral, considerando o formato mais adequado para a consecução dos  
798 seus objetivos. Item 2. Revisão e atualização do Plano de Ação da Comissão de Acompanhamento  
799 aos Conselhos. Encaminhamento: A pauta será tratada na próxima reunião. Item 3. Continuação da  
800 Revisão do Caderno de Perguntas e Respostas sobre Funcionamento e Estrutura dos Conselhos de

801 Assistência Social. Encaminhamento: A comissão apreciou as perguntas 15 e 16 e as demais serão  
802 apreciadas na próxima reunião. Item 4. Outros assuntos. 4.1. Apreciação do Ofício nº 316/2023  
803 MDS/CNAS/Secretaria Executiva, recebido no dia 31 de dezembro de 2023, que trata da denúncia  
804 da sociedade civil organizada do CEAS/MG sobre as situações de inconformidade do funcionamento  
805 do SUAS/MG e solicita providências para garantia do Sistema Único. Encaminhamento: A Comissão  
806 decidiu conhecer a legislação citada no ofício recebido e realizar reunião com a Conselheira Sandra  
807 Regina Ferreira para obter maiores informações referente à denúncia em caráter de urgência. 4.2.  
808 Apreciação do Ofício nº 319/2023 MDS/CNAS/Secretaria Executiva, que trata do Relato sobre os  
809 Fatos Ocorridos no CMAS de Manaus sobre o processo eleitoral da sociedade civil para o CMAS de  
810 Manaus e outras queixas. Encaminhamento: A Comissão decidiu marcar reunião virtual da CAC e a  
811 Presidente do CNAS com a denunciante para solicitar maiores informações. 4.3. Apreciação da  
812 resposta do DG-SUAS sobre a demanda recebida na CAC em 21 de julho de 2023, por meio do Ofício  
813 nº 3/2023 do Fórum Estadual de Usuários do SUAS do Paraná, que trata sobre a ausência da garantia  
814 de custeio para usuários(as) nas modalidades de diária e/ou adiantamento para o deslocamento,  
815 alimentação e hospedagem, nas ocasiões de participação em reuniões e atividades do controle social.  
816 Encaminhamento: A CAC enviará Ofício ao FEU-SUAS do Paraná informando que atualmente não  
817 há respaldo legal para custear usuários vinculados aos fóruns. 4.4. Apreciação do e-mail do Conselho  
818 Estadual de Santa Catarina, recebido na CAC em 20 de dezembro de 2023, o qual solicita orientação  
819 do CNAS sobre a possibilidade do(a) técnico(a) que ocupa cargo de secretário(a) executivo(a) do  
820 CEA de Santa Catarina também fazer parte da Comissão Intergestora Bipartite - CIB, assim como  
821 da composição da própria CIB. Encaminhamento: A Comissão enviará ofício ao CEA de Santa  
822 Catarina informando que a CIB é a instância de pactuação da política de assistência social, razão pela  
823 qual sua composição está restrita à gestores municipais e estaduais. 5. Proposta de pauta de março de  
824 2024 com os respectivos convidados e principal ponto de pauta: 1. Discutir sugestões de formato e  
825 prazo para a realização da próxima Conferência Nacional. 2. Continuação da revisão do Caderno  
826 Perguntas e Respostas sobre Funcionamento e Estrutura dos Conselhos de Assistência Social. 3.  
827 Revisão e atualização do Plano de Ação da CAC 2024. Na apreciação dos encaminhamentos, a  
828 Conselheira Solange Bueno pediu destaque no item 4.2 para relatar que as denúncias a respeito do  
829 Conselho Municipal de Manaus não permitir que o Fórum assumam cadeiras são constantes e a  
830 Presidente Margareth Alves Dallaruvera afirmou que o problema não é restrito à Manaus, mas que é  
831 preciso que a CAC aja para sanar os problemas antes de chegarem ao CNAS. Com a palavra, o

832 Conselheiro Agostinho Soares Belo questionou quantos municípios já fizeram a adequação da lei do  
833 SUAS e disse que a falta de proporcionalidade de representação é comum tanto nos estados quanto  
834 nos municípios. Já a Conselheira Shirley Samico respondeu que 75% dos municípios possuem a lei  
835 do SUAS, mas que ainda faltam 1.400 municípios, aproximadamente, e 9 estados e que o objetivo é  
836 aprofundar e debater a questão. A Conselheira Ana Carolina Ferreira se ofereceu para apresentar os  
837 dados do Censo do SUAS na reunião trimestral, mas a Presidente Margareth Alves Dallaruvera  
838 negou, afirmando que os dados diferem muito da realidade. Após, a Conselheira Ana Carolina  
839 Ferreira explicou que está acontecendo um monitoramento do Artigo 30, que conta com uma amostra  
840 da verificação qualitativa da lei, da paridade e da composição dos Conselhos, o que será apresentado  
841 na reunião. A Conselheira Sandra Barbosa concordou que a questão da proporcionalidade e  
842 representação dos Conselhos é preocupante e precisa de atenção, já a Conselheira Magali Basile  
843 acrescentou que os Conselhos estão fragilizados e que a legislação deve ser respeitada. A Conselheira  
844 Sandra Barbosa concluiu que é preciso agir, em vez de reagir apenas quando o CNAS é provocado.  
845 Evoluindo para o encaminhamento 4.3, a Conselheira Solange Bueno perguntou se poderia incluir na  
846 resposta a deliberação feita na 13ª Conferência Nacional a respeito da responsabilidade dos gestores  
847 estaduais e municipais com as manutenções dos Fóruns e a Conselheira Magali Basile disse que não,  
848 por não ser uma lei ainda. O Conselheiro Agostinho Belo retrucou que não há lei que obrigue os  
849 governos a custearem os fóruns e que isto depende de articulações e o Conselheiro Carlos Nambu  
850 explicou que as deliberações da Conferência podem ser encaminhadas a um processo legislativo pelo  
851 CNAS. Já a Conselheira Simone Gomes relatou que o CEAS Paraná possui um cartão corporativo  
852 que cobre as despesas de atividades oficiais de todos os Conselheiros, e que entende que a solicitação  
853 é para custear o Fórum Estadual de Usuários. Então, o Conselheiro Rafael da Silva afirmou que o  
854 governo tem que fortalecer segmentos, movimentos, entidades e fóruns e que precisa haver o custeio  
855 desde que a pessoa tenha vínculo com o Conselho. Lembrou que não existe, dentro da assistência  
856 social, uma atividade que trabalhe o protagonismo e fortalecimento do usuário para que aja cobrança  
857 de direitos, como no âmbito da saúde. Em resposta, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera  
858 questionou por que não há luta por direitos assistenciais como há luta pela saúde, uma vez que o  
859 público é o mesmo, e identificou que falta identidade no SUAS. Na sua tréplica, o Conselheiro Rafael  
860 da Silva disse que os espaços são diferentes e que a saúde dá muito mais oportunidades do que a  
861 assistência social, onde faltam ainda mais recursos. inclusive uma coordenadora própria. Depois, a  
862 Presidente Margareth Alves Dallaruvera avançou nos encaminhamentos e, sobre o Item 5. Pauta de

863 2024, sugeriu ampliar a discussão atual em março, assim como a relação da CAC com os Conselhos  
864 Estaduais, em vez de falar sobre o formato da Conferência que acontecerá em dois anos. A  
865 Conselheira Magali Basile concordou, mas disse que é preciso também pensar no tema da  
866 conferência, e os demais conselheiros da Comissão também acataram, sendo que a redação escolhida  
867 foi a sugerida pela Conselheira Solange Teixeira: “Debater e propor estratégias junto ao CEAS para  
868 o efetivo cumprimento do Artigo 30 da LOAS”. Por fim, o relato da Reunião da Comissão de  
869 Acompanhamento aos Conselhos foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as)  
870 conselheiros(as) presentes e a Presidente Margareth Alves Dallaruvera agradeceu e elogiou a equipe.  
871 Em seguida, passou a palavra à Conselheira Solange Bueno, que avisou que o Ofício enviado pela  
872 Secretaria Nacional deverá ser analisado também pela Comissão de Políticas. Na sequência, passou-  
873 se ao relato da Reunião da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS, realizada no dia 20 de  
874 fevereiro de 2024. A Conselheira Emilene Oliveira Araújo, representante da Sociedade Bíblica do  
875 Brasil, elencou os(as) conselheiros(as), colaboradores(as) convidados(as) e membros da Secretaria  
876 Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo  
877 eles: Item 1. Monitoramento do Plano de Ação para Definição de Prioridades da Comissão para 2024.  
878 Proposta do cronograma de atividades: março – Apresentação, pela SNAS, do Protocolo de  
879 Atendimento no SUAS, em resposta à Resolução n° 487 do CNJ que institui a política antimanicomial  
880 do poder judiciário, definição dos limites e competências da Política de Assistência Social no  
881 atendimento ao egresso dos hospitais de Custódia; Apresentação pela SNAS do status da execução  
882 do Capacita SUAS; Informe pela SNAS sobre a realização do Censo Nacional da População em  
883 Situação de Rua - Censo Pop Rua; Apresentação pela Secretaria Nacional da Criança e Adolescente,  
884 dos desdobramentos previstos na portaria MMFDH n° 1.235 de 28/06/2022. Abril - Reunião  
885 descentralizada e ampliada do CNAS. Maio - Apresentação, pela SNAS, sobre a atualização de  
886 normativos e orientação técnicas relativas ao acompanhamento das famílias em situação de não  
887 cumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em reunião conjunta com a Comissão  
888 de Política; Apresentação, pela SNAS, da proposta de revisão das ações estratégicas do Programa de  
889 Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do SUAS e de critérios de elegibilidade do  
890 cofinanciamento federal para estados e municípios e Distrito Federal com maior incidência de  
891 trabalho infantil; Apresentação, pela SNAS, da Proposta de Instituição da Força Nacional do SUAS  
892 para atendimentos a situações de calamidades públicas e emergências e a revisão dos parâmetros e  
893 procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta dos serviços de proteção em situações

894 de calamidades públicas e emergência. Junho - Posse dos novos Conselheiros e apresentação dos  
895 Relatórios da Gestão 2022-2024 pelas Comissões do CNAS. Julho – Apresentação, pela SNAS, da  
896 Proposta da Política Nacional de Alimentação do SUAS e construção de parâmetros nacionais para  
897 oferta de alimentação saudável pelos SUAS; Apresentação, pela SNAS, da Proposta de  
898 Aprimoramento e Formulação Operacional dos Parâmetros para Atuação do SUAS na relação  
899 interinstitucional da rede socioassistencial com o sistema de justiça e outros órgãos de defesa e  
900 garantia de direitos; Definição da metodologia de debate entre as Comissões de Política e de Normas  
901 sobre a atualização da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Agosto - Apresentação  
902 pela SAGICAD do Relatório Semestral do PROCAD, em reunião conjunta da Comissão de Política  
903 e da Comissão de Financiamento; Apresentação, pela SNAS, do Balanço e perspectiva da retomada  
904 dos pactos de aprimoramento da gestão do SUAS. Setembro – Apresentação, pela SNAS, do Balanço  
905 da implantação da vigilância socioassistencial no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos  
906 municípios; Debate sobre a atualização da tipificação do serviço de proteção social básica no  
907 domicílio - SPSBD, na modalidade 06 e gestantes, em reunião conjunta da Comissão de Política e da  
908 Comissão de Normas. Outubro - Reunião descentralizada e ampliada do CNAS-RDA. Outros  
909 indicativos e pautas para o segundo semestre: Apresentação pela Secretaria Nacional de Cuidados e  
910 Família - SNCF da Política Nacional de Cuidados, elaborada no âmbito do GTI Cuidados;  
911 Apresentação pela SNCF do Plano Nacional de Cuidados, composto de ações dos Ministérios  
912 participantes do GTI Cuidados; Apresentação, pela SNAS, da Proposta da Política de Promoção de  
913 Igualdade Racial no SUAS; Apresentação do AC-SUAS/SISEC para o planejamento de ações  
914 conjuntas que visam o melhor direcionamento das demandas sobre o mundo do trabalho;  
915 Apresentação, pela SNAS, das diretrizes de atendimento aos povos indígenas, comunidades  
916 tradicionais, orientação técnica para contratação de Educador PAR, orientação técnica para a  
917 segurança e contratação dos equipamentos hidroviários e orientação técnica para realização de  
918 consulta prévia, livre e esclarecida para povos e comunidades tradicionais; Apresentação, pela SNAS,  
919 de Proposta de Atualização de Normativas e Orientações, a partir da realização de estudos técnicos  
920 para a criação de parâmetros para construção e funcionamento do CRAS; Apresentação, pela SNAS,  
921 da Proposta de Qualificação das Orientações Técnicas para Atuação das Equipes Volantes do SUAS;  
922 Apresentação, pela SNAS, da Proposta de Orientações Técnicas para Execução do Serviço de  
923 Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCRIV e orientações técnicas desse serviço para crianças  
924 e adolescentes de 6 a 15 anos, tendo em vista a expansão da educação integral; Apresentação, pela

925 SNAS, sobre o acompanhamento das prioridades para as metas do Plano de Ação e monitoramento  
926 da Política Nacional para a População em Situação de Rua no âmbito do SUAS; Apresentação, pela  
927 SNAS, da Proposta de Orientações Técnicas sobre o CREAS em reunião conjunta da Comissão de  
928 Política e Comissão de Normas; Apresentação, pela SNAS, da Proposta de Orientações Técnicas para  
929 Atuação do SUAS em Situação de Emergência; Apresentação, pela SNAS, da Proposta de Orientação  
930 Técnica para Atuação do SUAS no Atendimento à Migrantes, Refugiados, Apátridas e Retornados, e  
931 revisão dos parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para no atendimento a  
932 migrantes, refugiados, apátridas e retornados. Encaminhamento: Consultar a Secretaria Nacional o  
933 indicativo do mês para retomada da apresentação no âmbito da Comissão de Política do Relatório  
934 Trimestral do Programa Primeira Infância no SUAS. Item 2. Demandas recebidas. 2.1. Ofício nº  
935 2/2023, da Rede brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose. Assunto: Esforços para  
936 implantação da Instrução Operacional Conjunta nº 1/2019 e publicação das diretrizes nacionais para  
937 articulação entre o SUS e o SUAS para a promoção do cuidado integral e da proteção social das  
938 pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social vivendo com HIV, AIDS, sífilis, hepatites virais,  
939 hanseníase e tuberculose. Solicita apoio do CNAS e outros órgãos para a cobrança da publicação e  
940 divulgação das referidas normativas, assim como a apresentação de um plano de ações que garanta a  
941 sua implantação nas três esferas de governo. Encaminhamento: Consultar a SNAS a respeito de um  
942 posicionamento sobre o assunto. 2.2. Ofício da Associação de Municípios do Vale Europeu - AMVE  
943 nº 19. Assunto: Regulamentação das equipes de proteção social especial e municípios sem CREAS.  
944 Encaminhamento: Consultar a SNAS se o assunto está sendo tratado em seu âmbito e solicitar  
945 informações sobre recursos para a regionalização do CREAS no Estado de Santa Catarina. 2.3.  
946 Manifesto em defesa da vida. Resolução CMAS Curitiba nº 339/2023. Encaminhamento: i) Solicitar  
947 à Gestão Municipal de Assistência Social, ao CMAS de Curitiba e ao CEAS Paraná esclarecimentos  
948 sobre o fato ocorrido e quais medidas foram tomadas e/ou estão em andamento; ii) Enviar à SNAS  
949 cópia do manifesto e solicitar informações se há repasse de recursos federais para a Casa de Passagem  
950 Rebouças; iii) Enviar cópia do manifesto ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e  
951 Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - CIAMP Rua/PR para  
952 conhecimento de providências cabíveis. 2.4. Ofício da Associação Baiana de Reabilitação e Educação  
953 - ABRE-BA, que solicita uma resolução com reajustes na per capita para as entidades parceiras do  
954 SUAS dos municípios e estados. Encaminhamento: Enviar demanda para posicionamento da SNAS  
955 e retorno ao demandante. 2.5. Informe sobre a resposta da SNAS ao Ofício do CEAS Paraná. 2.6.



956 Informe: Tramitação do Ofício CEAS, SUAS, Sistema de Justiça, Centro de Referência da Mulher -  
957 CRAM e CREAS, acerca da atual situação da relação entre o SUAS e o Sistema de Justiça.  
958 Encaminhamento: Aguardando retorno para dar conhecimento à comissão. 2.7.1. Moções de Repúdio  
959 à 14ª Conferência Nacional de Assistência Social do Município de Três Lagoas/MS. à PEC 95/2019,  
960 cujo principal foco é um congelamento por 20 anos na área da educação e saúde, causando vários  
961 impactos. Encaminhamento: Enviar a referida Moção para apreciação da Comissão de Financiamento  
962 e Orçamento. 2.7.2. Moção de Repúdio à PEC /2016, que institui teto de gastos para os serviços  
963 públicos fundamentais. Encaminhamento: Enviar a referida Moção para apreciação da Comissão de  
964 Financiamento e Orçamento. 2.8. Moção de Recomendação da 11ª Conferência Municipal de  
965 Assistência Social de Nova Fátima/BA, solicitando que seja pautada na próxima Conferência a  
966 situação do trabalhador do SUAS. Encaminhamento: Enviar a referida Moção para apreciação da  
967 Comissão de Monitoramento da 13ª Conferência Nacional. 2.9. Moção de Apoio da Conferência  
968 Municipal de Iporã do Oeste/SC, para aprovação da PEC nº 383/2017. Encaminhamento: Enviar a  
969 referida Moção para apreciação da Comissão de Financiamento e Orçamento. 2.10. Informe: Moção  
970 de Apoio e de Reivindicação, aprovada na 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, realizada  
971 nos dias 8 e 9/11/2023, manifestando apoio ao PL nº 41/2021, que institui o piso salarial dos  
972 trabalhadores do SUAS. 2.11. Informe do recebimento do Ofício nº 84/2024, da Fundação de  
973 Assistência Social – FAS, de Curitiba, em resposta ao despacho nº 4 da SNAS, sobre a possibilidade  
974 do serviço de acolhimento para adultos e famílias ser direcionado ao atendimento dos povos  
975 indígenas. 2.12. Desdobramento da Moção de Repúdio da 12ª Conferência Nacional sobre o  
976 fechamento da Casa de Passagem Dia. Encaminhamento: Enviar o referido ofício para conhecimento  
977 do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS. Item 3. Definição da pauta e convidados, se  
978 houver, e do principal ponto de pauta da reunião de 6/02/2024: das 9h às 11h - Protocolo de  
979 atendimento no SUAS em resposta à Resolução nº 487 do CNJ, que institui a política antimanicomial  
980 do poder judiciário; Definição dos limites e competências políticas da assistência social no  
981 atendimento ao egresso dos hospitais de custódia, principal ponto de pauta. Convidados: SNAS,  
982 MDS, SAES/MS e CNJ; 11h às 11h30 - Status da execução do Capacita SUAS. Convidado: SNAS e  
983 MDS; 11h30 às 12h30 - Informe sobre a realização do Censo Pop Rua. Convidados: SNAS, MDS,  
984 SAGICAD, MDS e IBGE; 14h às 16h - Desdobramentos previstos na portaria MMFDH nº 1.235, de  
985 28/06/2022. Convidados: Secretaria Nacional da Criança e Adolescente. Dando início aos  
986 encaminhamentos, o Vice-Presidente Edgilson Tavares destacou o Item 1, questionando se se trata

987 de um monitoramento ou de uma revisão, e lembrou que pode ser necessário fazer alterações na  
988 agenda de acordo com o surgimento de novas demandas. Ainda sobre o Item 1, o Conselheiro Régis  
989 Spindola pediu a correção ortográfica de “CNAS/SISEC”. Com isso, o Relato da Comissão de  
990 Políticas Articuladas ao SUAS foi considerado aprovado pela unanimidade dos(as) conselheiros(as)  
991 presentes e a Presidente Margareth Alves Dallaruvera parabenizou todos os envolvidos. Dando início  
992 aos informes, a Conselheira Sandra Barbosa comunicou que não houve reunião da CIT em fevereiro  
993 e que a próxima será em 13/03/2024, de forma virtual. Em seguida, a Secretária Thaís Braga leu os  
994 informes da Presidência e da Secretaria Executiva do CNAS: Item 1. Ausência justificada: Judite da  
995 Rocha, que está em modo virtual por motivo institucional; Ana Carolina, que se ausentou no período  
996 da manhã do dia 20/02/2024 por motivo institucional. Item 2. Convocação e participação. Os (as)  
997 Conselheiros (as) integrantes da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de  
998 Assistência Social foram convocados (as) para a reunião no dia 19 de fevereiro, da 9h às 12h, de  
999 forma presencial, em Brasília. Os (as) Conselheiros (as) integrantes do GT para realizar estudos,  
1000 apresentar análises e propostas com relação a parâmetros e critérios para ofertas de assessoramento,  
1001 defesa e garantia de direitos foram convocados (as) para a reunião no dia 19 de fevereiro, das 14h às  
1002 18h, de forma presencial, em Brasília. Os (as) Conselheiros (as) integrantes da Comissão de  
1003 Acompanhamento dos Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda foram convocados (as) para  
1004 a reunião no dia 19 de fevereiro, das 9h às 12h, de forma presencial, em Brasília. Os (as) Conselheiros  
1005 (as) titulares e suplentes foram convocados (as) para a 324ª Reunião Ordinária do CNAS entre os dias  
1006 20 a 22 de fevereiro, das 9h às 18h, em Brasília. Os (as) Conselheiros (as) Carlos Nambo, Edna  
1007 Alegro, Maria Godoi e Simone Gomes foram convocados (as) para a Reunião da Comissão Eleitoral  
1008 no dia 30 de janeiro, das 9h30 às 18h, de forma virtual. Os (as) Conselheiros (as) integrantes da  
1009 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e da Presidência Ampliada foram convocados (as)  
1010 para a reunião trimestral com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e Conselho de Assistência  
1011 Social do Distrito Federal, no dia 4 de março, das 9h às 17h, e no dia 5 de março, das 9h às 12h, de  
1012 forma presencial, em Brasília. Os (as) Conselheiros (as) Carlos Nambo, Edna Alegro, Maria Godoi e  
1013 Simone Gomes foram convocados (as) para a Reunião da Comissão Eleitoral no dia 8 de fevereiro,  
1014 das 11h às 12h, de forma virtual. Os (as) Conselheiros (as) integrantes da Comissão das Deliberações  
1015 das Conferências de Assistência Social foram convocados para a reunião do dia 5 de março, das 14h  
1016 às 18h, de forma presencial, em Brasília, porém foi deliberado pelo pleno que a reunião não será  
1017 realizada em março. O Conselheiro Regis Spíndola foi convocado para o 2º Encontro de Integração

1018 do Sistema de Justiça com a Política Socioeducativa, no dia 28 de fevereiro, das 9h às 18h, em  
1019 Brasília. Os (as) Conselheiros (as) titulares e suplentes foram convocados (as) para a 325ª Reunião  
1020 Ordinária do CNAS, de 6 a 8 de março, das 9h às 18h, de forma presencial, em Brasília. Item 3.  
1021 Participação e convocação da Presidente: A Presidente do CNAS, Margareth Alves Dallaruvera,  
1022 participou dos seguintes eventos: Seminário sobre as Conferências Nacionais, organizada pela  
1023 Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, no dia  
1024 23 de janeiro, das 9h às 18, em Brasília; Cerimônia de Posse do novo Presidente da Agência Brasileira  
1025 de Desenvolvimento Industrial – ABDI, Sr. Ricardo Capelli, no dia 22 de fevereiro, das 11h às 14h,  
1026 em Brasília. Item 4. E-mails enviados aos Conselheiros do CNAS: Manifesto em defesa da vida –  
1027 CEMAS Curitiba; Consulta no Opine Aqui sobre colegiados nacionais disponíveis na plataforma  
1028 Mais Brasil; Reunião/concurso nacional unificado; Ata e gravação da 13ª Conferência Nacional de  
1029 Assistência Social; Fórum dos Trabalhadores do SUAS de Garanhuns; Moção e documento do Grupo  
1030 Intersetorial Nacional sobre o Cuidado de Crianças e Adolescentes na Família Extensa; Consulta  
1031 pública, orientações e técnicas da política de assistência social em emergência. Item 5. Resoluções,  
1032 decretos, leis e portarias publicadas no Diário Oficial da União: Resolução CNAS n° 126 de  
1033 20/11/2023, disponível do processo eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS com a  
1034 projeção 2024-2026; Resolução 127 de 20/11/2023, que dispõe sobre a criação da Comissão para  
1035 coordenar o processo eleitoral para a representação da sociedade civil no CNAS gestão 2024-2026;  
1036 Resolução CNAS n° 128, que reconhece a agenda de lutas da Conferência Nacional Democrática e  
1037 de Assistência Social; Resolução n° 126 de 21/11/2023, que aprova prioridades pactuadas para o  
1038 Plano de Ação e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua no âmbito  
1039 do SUAS e das outras providências; Resolução CNAS n° 130, que institui o Programa de  
1040 Fortalecimento do Cadastro Único do Sistema Único de Assistência Social – PROCAD-SUAS, e  
1041 outras providências; Resolução CNAS n° 131, de 22/11/2023, que prorroga a vigência do Grupo de  
1042 Trabalho instituído pela Resolução CNAS n° 111 de 25/07/2023; Resolução CNAS n° 132 de  
1043 27/11/2023, que aprova o calendário de reuniões do CNAS; Resolução CNAS n° 133, de 4/12/2023,  
1044 que dispõe sobre a viabilização da efetiva participação dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS  
1045 nas instâncias de controle social nas esferas municipais, estaduais, distrital e nacional. Resolução  
1046 Conjunta do CNAS e MDS n° 4 de 4/12/2023, que dispõe sobre a instituição da mesa nacional de  
1047 negociação permanente do SUAS; Resolução CNAS e MDS n° 134 de 4/12/2023, que reconhece e  
1048 compõe a Comissão Eleitoral instituída pela resolução CNAS e MDS n° 127 de 20/11/2023. Item 6.

1049 Aniversariantes do meses de dezembro, janeiro e fevereiro: Secretaria executiva: Maria do Socorro -  
1050 5/12, Alex Araújo - 6/12 Thaís Braga - 17/12, Dorinha Pereira - 23/12, Suelma Rodrigues - 12/01,  
1051 Susane Gonçalves - 18/01, Maria Clevaneide – 18/02. Conselheiros e conselheiras: Maria Carolina  
1052 Alves – 02/12, Vice-presidente Edgilson Tavares - 6/12, Bruna Carnelosi – 14/12, Maria Godoi –  
1053 17/12, Ivone Fiori – 19/12, Catarina de Santana 17/01, Rafael Machado 12/02. E Judith da Rocha –  
1054 22/02. Ato seguinte, o Vice-Presidente Edgilson Tavares de Araújo leu os seguinte informes: Item 1.  
1055 Apoio financeiro aos estados e municípios diante de calamidades no ano de 2023. 1.1. Formulação e  
1056 orientação técnica para atuação do SUAS em situação de emergência. 1.2. Atenção à migrantes,  
1057 refugiados, apátridas e retornados no SUAS. 1.3. Operação “Voltando em Paz”. 1.4. CNJ divulga  
1058 critérios para avaliação de programa socioeducativo em meio aberto. 1.5. Campanha nacional de  
1059 combate ao trabalho análogo à escravidão é lançado em parceria do MDS e MDHC. 1.6. Atuação do  
1060 SUAS no pós-resgate de vítimas do trabalho escravo. 1.7. Encontro Nacional “Sinais para Valer”  
1061 destaca avanços e desafios no atendimento socioeducativo. 1.8. Realização da etapa pré-teste do  
1062 estudo inicial do Censo Nacional Pop Rua. 1.9. Lançamento do programa Dignidade Menstrual pelo  
1063 Governo Federal. 1.10. Resolução nº 487 do CNJ, que institui a Política Antimanicomial do Poder  
1064 Judiciário. 1.11. Publicação da Resolução Conjunta nº 02/2024 - A Família Acolhedora. Item 2.  
1065 Informes do Departamento de Gestão do SUAS. 2.1. Encontro com as Secretarias Executivas,  
1066 Comissões Intergestoras Bipartites, CIB e SUAS. Após, a Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues  
1067 Naves, representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC/MDS, pediu a palavra  
1068 para informar os dados referentes ao pagamento do Bolsa Família do mês de fevereiro, comunicando  
1069 que o documento na íntegra será encaminhado por e-mail mensalmente aos Conselheiros, assim como  
1070 as planilhas de acompanhamento das condicionalidades. Informou ainda que os Conselhos  
1071 Municipais e Estaduais têm até o dia 29 de fevereiro para apreciar, analisar e aprovar a prestação de  
1072 contas do IGB e que o Seminário Nacional Intersetorial do Programa Bolsa Família acontecerá entre  
1073 os dias 25 e 26 de março, para qual o CNAS será convidado inclusive para compor a Mesa de  
1074 Abertura. A seguir, a Conselheira Magali Basile comunicou que os Encontros Regionais do  
1075 CONGEMAS ocorrerão entre 01 de abril e 31 de maio e o Encontro Nacional, na primeira semana  
1076 de julho. Depois, a Conselheira Célia Lima informou que a Resolução do FONSEAS está com  
1077 consulta aberta nos estados a respeito da situação dos acolhimentos de egressos dos manicômios  
1078 judiciais e hospitais de custódia; que a sistematização da pesquisa sobre o Financiamento Estadual da  
1079 Política de Assistência Social foi concluída em 2023; e que a última reunião do FONSEAS ocorreu

1080 no início de fevereiro e determinou a recondução do FONSEAS pela Presidente Cinthia por mais um  
1081 ano. Já a Conselheira Norma Carvalho informou que, durante a Conferência de Dezembro, foi feita a  
1082 escolha dos coordenadores das cinco regiões do Movimento Nacional de Entidades e o Conselheiro  
1083 Agostinho Belo discorreu sobre o evento que acontecerá em 27 de fevereiro tratando da valorização  
1084 profissional na área da assistência social. Em seguida, o Conselheiro Rafael da Silva fez a leitura da  
1085 Nota Pública da Associação Pestalozzi de Maceió informando que, devido à falta de pagamento da  
1086 Secretaria Municipal de Assistência Social, o funcionamento de uma unidade foi suspenso em 19 de  
1087 fevereiro por tempo indeterminado. A seguir, informou ainda que os aparelhos de manutenção do  
1088 CNAS estão sendo reformados e leu a Nota Orientativa Preliminar sobre o Trabalho do Assistente  
1089 Social no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. A Presidente  
1090 Margareth Alves Dallaruvera avisou que a Nota Pública e a Nota Orientativa não deveriam ter sido  
1091 expostas nos informes, e sim nas repetitivas Comissões, onde seriam debatidas e respondidas  
1092 oficialmente, o que será feito na próxima reunião com ambos os documentos. **ENCERRAMENTO:**  
1093 Finalizada a pauta, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera encerrou a 324ª Reunião Ordinária do  
1094 CNAS com agradecimento a participação e colaboração de todos(as) os(as) conselheiros(as) e da  
1095 equipe da Secretaria Executiva.

1096

1097

1098

**Margareth Alves Dallaruvera**

1099

**Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

1100

1101

Brasília/DF

1102

Fevereiro de 2024